

**O QUE FAZ AS FAMÍLIAS SUPERAREM A EXTREMA
POBREZA? UM ESTUDO A PARTIR DO CADASTRO
ÚNICO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

NATALIA GIOVANNA MARSON

BRASÍLIA-DF

2018

NATALIA GIOVANNA MARSON

**O QUE FAZ AS FAMÍLIAS SUPERAREM A EXTREMA
POBREZA? UM ESTUDO A PARTIR DO CADASTRO
ÚNICO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, para a obtenção do título de Mestre.

Prof(a). Dr(a). Rafael Guerreiro Osório

BRASÍLIA-DF

2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

Marson, Natalia Giovanna

M373q O que faz as famílias superarem a extrema pobreza? : um
Estudo a partir do cadastro único / Natalia Giovanna Marson.–
Brasília : IPEA, 2018.
96f. : il.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento,
área de concentração em Economia, 2018

Orientação: Rafael Guerreiro Osório

Inclui Bibliografia.

1. Pobreza Absoluta. 2. Combate à Pobreza. 3. Programas
Sociais. 4. Levantamentos Cadastrais. 5. Brasil. I. Osório, Rafael
Guerreiro. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III.
Título.

CDD 353.53320981

Ficha catalográfica elaborada por Patricia Silva de Oliveira CRB-1/2031

NATALIA GIOVANNA MARSON

**O QUE FAZ AS FAMÍLIAS SUPERAREM A EXTREMA
POBREZA? UM ESTUDO A PARTIR DO CADASTRO
ÚNICO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, para a obtenção do título de Mestre.

Defendida em

COMISSÃO JULGADORA

Dr. Fábio Monteiro Vaz – Ipea

Prof. Dr. Luis Henrique da Silva de Paiva – Ipea

Prof. Dr. Rafael Guerreiro Osório - Ipea

BRASÍLIA-DF

2018

Para D. R., pela força e pelo exemplo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu orientador Rafael Osório que teve participação ativa no processo de transformação gradual de um projeto de pesquisa que sabia vagamente onde queria chegar até a bem-definida dissertação na versão final. Sem ele este trabalho não teria acontecido.

Agradeço à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, por ter realizado este mestrado profissional exclusivamente para servidores públicos federais, e se empenhado de forma tão primorosa em fazer com que esta experiência fosse enriquecedora.

Agradeço ao corpo docente do Ipea, por professores tão dedicados e experientes em suas áreas de atuação.

Agradeço aos demais alunos da turma pela externalidade positiva da troca de conhecimento.

Agradeço ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, por ter me apoiado institucionalmente, tanto em relação ao ajuste de horário por conta das aulas, como pela disponibilização em tempo hábil das bases de dados que foram utilizadas nessa pesquisa. Agradeço especialmente à Senarc pelo conhecimento adquirido de manipulação de bases de dados e do Cadastro Único, que foram extremamente úteis na execução desse trabalho.

Agradeço à Paula, Dani, Íris e Dália pela ajuda e pelo apoio em momentos diversos dessa pesquisa.

Por último, agradeço aos momentos em que eu deveria estar trabalhando nessa pesquisa e não o fiz. Foram esses momentos que me deram lucidez e paz de espírito para continuar.

It is easy, too easy, to sermonize about the dangers of paternalism and the need to take responsibility for our own lives, from the comfort of our couch in our safe and sanitary home. Aren't we, those who live in the rich world, the constant beneficiaries of a paternalism now so thoroughly embedded into the system that we hardly notice it? It not only ensures that we take care of ourselves better than we would if we had to be on top of every decision, but also, by freeing us from having to think about these issues, it gives us the mental space we need to focus on the rest of our lives. This does not absolve us of the responsibility of educating people about public health. We do owe everyone, the poor included, as clear an explanation as possible of why immunization is important and why they have to complete their course of antibiotics. But we should recognize—indeed assume—that information alone will not do the trick. This is just how things are, for the poor, as for us.

(PoorEconomics, 2011, p. 69-70)

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Brasil sem Miséria
Cadastro Único	Cadastro Único para Programas Federais do Governo Federal
CF	Constituição Federal
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade de Poder de Compra
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
RMV	Renda Mensal Vitalícia
Sagi	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Senarc	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Enfoques sobre a pobreza numa perspectiva temporal.....	28
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total e percentual de indigentes brasileiros pelo método calórico de 2014 a 2014	32
Gráfico 2 – Evolução do número de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo no Cadastro Único (em milhões)	43
Gráfico 3 – Relação entre quantidade de membros por idade para os anos de 2012 e 2016 – em valores de 2012.	65
Gráfico 4 – Ganhos líquidos de membros pelas famílias extremamente pobres – membros selecionados.....	66
Gráfico 5 – Razões de Chance de sair da extrema pobreza das variáveis utilizadas no modelo	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Percentual de pobreza de acordo com linha de pobreza utilizada em percentual da população (por classes de rendimento mensal domiciliar per capita selecionadas, segundo as Grandes Regiões)– 2016	26
Tabela 2 - Linhas de Pobreza e Extrema Pobreza do PBF – desde sua criação	36
Tabela 3 - Famílias em extrema pobreza, com informações atualizadas e PBF em 2012 e sua situação em 2016.	47
Tabela 4 - Famílias extremamente pobres em 2012 e sua situação econômica em 2016.....	48
Tabela 5- Famílias extremamente pobres em 2012 e sua situação cadastral e econômica em 2016	49
Tabela 6 – Total de registros utilizados na seção de análise dos indivíduos em extrema pobreza.....	49
Tabela 7– População brasileira em 2012 separada entre municípios de acordo com seu porte populacional	51
Tabela 8 – Relação de parentesco com o RF das pessoas extremamente pobres do Cadastro Único -2012	52
Tabela 9 – Trabalho Principal em 2012 das pessoas adultas em famílias extremamente pobres	55
Tabela 10 – Quantidade de pessoas trabalhando nas famílias extremamente pobres – por tipo de vínculo	57
Tabela 11 - População estimada (IBGE) para 2012 e população extremamente pobre (Cadastro Único) em 2012 - proporção e total	59
Tabela 12 – Variáveis regionais das famílias extremamente pobres.....	60
Tabela 13 – Composição familiar por região e localidade	61
Tabela 14 – Composição familiar das famílias extremamente pobres – idade média e peso dos membros na composição das famílias.	61
Tabela 15 – Proporção de famílias que possuem crianças, adolescentes, adultos, idosos, cônjuge e parentes de acordo com a quantidade de cada membro	62
Tabela 16 – Membros adicionais e excluídos das famílias de acordo com sua relação com o Responsável Familiar – percentual e idade média.....	64
Tabela 17: Filhos excluídos das famílias de acordo com sua representação em relação ao total de filhos e por sexo.....	64
Tabela 18 - Principais alterações familiares – em percentual	65
Tabela 19 – Relação entre Composição Familiar em 2012 e em 2016.	67
Tabela 20 – Variáveis sexo, raça/cor e grau de instrução das pessoas adultas em famílias extremamente pobres - 2012.....	69
Tabela 21 – Grau de escolaridade dos adultos que alteraram a escolaridade no período e não alteraram – Média de idade.	70
Tabela 22 – Tipos de ocupação dos adultos em famílias extremamente pobres – por adulto e por família.	70
Tabela 23 – Relação entre emprego em 2012 e em 2016 – por categoria de vínculos e por família.....	71
Tabela 24 - Variáveis Regionais do Cadastro Único utilizadas no modelo de Regressão Logística	74
Tabela 25 Variáveis Familiares do Cadastro Único utilizadas no modelo de Regressão Logística	75
Tabela 26 Variáveis Individuais do Cadastro Único utilizadas no modelo de Regressão Logística	76

Tabela 27 - Tabela de Classificação do modelo de regressão logística aplicado	77
Tabela 28 – Relação entre tipo de vínculo em 2016 e proporção de saída da extrema pobreza – por adultos	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Condicionalidades do Programa Bolsa Família	35
Quadro 2:– Forma de agrupamento familiar de acordo com os vários graus de parentescos encontrados nas famílias do Cadastro	53
Quadro 3: Denominação do membro de acordo com faixa etária	53
Quadro 4: Descrição das categorias de resposta da variável ‘Trabalho Principal’	54
Quadro 5: Tipologia de vínculos empregatícios a partir das respostas de trabalho principal informadas no Cadastro Único	56

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo da extrema pobreza no Brasil utilizando dados do Cadastro Único de 2012 e 2016. A pobreza considerada foi a anterior ao recebimento de benefícios de transferência de renda, como os do PBF e BSM. A delimitação das famílias extremamente pobres foi feita através da renda familiar *per capita* informada no Cadastro Único. O objetivo do trabalho era investigar quais os fatores que mais aumentam as chances das famílias superarem a extrema pobreza. Para isto, a análise foi realizada em três etapas: a primeira consistiu em fazer um perfil da situação socioeconômica destas famílias em dezembro de 2012. Além disso, também foram verificadas as principais alterações que as famílias realizaram no período. Por fim, foi realizada uma regressão logística para verificar quais variáveis (fatores) mais aumentam as chances das famílias superarem a pobreza. A definição de superação da extrema pobreza foi feita através da comparação da renda per capita familiar no momento inicial e final. Os achados indicam que a extrema pobreza no Brasil, vista pela ótica da renda familiar antes das transferências governamentais, parece não ser um fenômeno solucionável facilmente no curto prazo. As variáveis que mais importam para a saída da situação (região de residência, presença de idoso, escolaridade elevada e emprego formal) são ou externas ao indivíduo ou raras ou difíceis de alterar no curto prazo. A presença de idoso é uma variável que não pode ser controlada ou criada, dependendo apenas do passar do tempo. A escolaridade dos adultos também se trata de uma variável que não é alterável no curto prazo. Por último, a vinculação a um emprego formal depende tanto do indivíduo quanto da qualidade dos empregos ofertados.

Palavras-Chave: Extrema Pobreza, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, fatores explicativos da saída da extrema pobreza.

ABSTRACT

We conducted a study on extreme poverty in Brazil using data from the “Cadastro Único” (a set of data on Brazilian families living in poverty and extreme poverty) of 2012 and 2016. We considered the situation of poverty prior to the receipt of income transfer programs, such as Programa Bolsa Família (PBF) and Brasil sem Miséria (BSM), for our analysis. In order to only select extremely poor families, we used the per capita family income reported in the “Cadastro Único”. This study aimed at investigating which factors most increase the probability of families overcoming extreme poverty. For this, the analysis was conducted in three stages: the first consisted in creating a profile of the socioeconomic situation of these families in December 2012. Furthermore, the main changes that families underwent during this period were verified. Finally, a logistic regression was performed to identify which variables (factors) increase the probability of families overcoming poverty. Extreme poverty overcoming was identified by comparing per capita family income at the initial and final moments. The findings indicate that extreme poverty in Brazil, considering family income before government transfers, does not seem to be a phenomenon which could be easily solved in the short-term. The variables most contributing to escape from this situation (region of residence, presence of an elderly person in the family, high schooling, and formal employment) are either external to the individual, rare or difficult to change in the short-term. The presence of an elderly person in the family is a variable that cannot be controlled or created, depending only on the passage of time, as well as adult education, a variable that cannot be changed in the short-term. Finally, access to formal employment depends on both the individual and the quality of jobs offered.

Keywords: Extreme Poverty, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, factors explaining the escape from extreme poverty.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL	20
<i>Pobreza como insuficiência de renda – a abordagem monetária.....</i>	<i>21</i>
Formas de Medição da Pobreza - Linhas de Pobreza	23
Pobreza é apenas falta de renda? Outras abordagens	27
<i>Extrema Pobreza no Brasil – programas de combate e principais determinantes.....</i>	<i>31</i>
Políticas de Saída da Extrema Pobreza no Brasil e por que elas são importantes	32
Programas Bolsa Família e Plano Brasil sem Miséria.....	34
Saída da Pobreza no Brasil – Estudos sobre os principais determinantes	38
3 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL	42
<i>Total de registros das bases do Cadastro Único utilizadas na análise</i>	<i>47</i>
<i>Variáveis utilizadas: variáveis do Cadastro Único, variáveis criadas e variáveis derivadas.</i>	<i>50</i>
4 PERFIL DAS FAMÍLIAS EXTREMAMENTE POBRES E VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A SAÍDA DA POBREZA	58
<i>Quem eram os extremamente pobres no Brasil? Uma análise através de dados do Cadastro Único</i>	<i>59</i>
<i>Analisando os determinantes da Saída da Extrema Pobreza através da Regressão Logística</i>	<i>72</i>
Variáveis utilizadas na Regressão:	74
Resultados do Modelo	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade econômica brasileira são problemas históricos que têm persistido ao longo dos anos. Estas questões entraram na agenda política a partir da década de 1970, e derivaram da constatação de que estes problemas não estavam sendo resolvidos apenas com o crescimento econômico. A pobreza torna-se questão central para os diferentes segmentos da sociedade brasileira a partir da década de 90, após a estabilização da economia provocada pelo sucesso do Plano Real de 1994. A importância que o tema assumiu desde tal período revela o entendimento de que a persistência da pobreza reflete e sintetiza a face mais crítica de diversos problemas nacionais, como a informalização no mercado de trabalho, a questão agrária, a política de salário mínimo, os déficits de oferta de serviços públicos básicos, a desigualdade entre pessoas e os desequilíbrios regionais (Rocha, 2006).

Assim, desde a década de 90 o Estado tem implementado políticas nacionais voltadas exclusivamente para a superação da pobreza e extrema pobreza, independente da vinculação ou não dessas pessoas ao mercado de trabalho. A principal política atual de transferência de renda com esse objetivo é o Programa Bolsa Família (PBF). Este programa, criado a partir da junção de outros programas existentes, beneficia atualmente cerca de 14 milhões de famílias (Brasil, 2017b), e é o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo.

Considerando ainda o alto quantitativo de famílias pobres no Brasil e os instrumentos e políticas públicas voltadas à melhoria e solução dessa questão social, o problema de pesquisa dessa dissertação se define na busca por uma saída da extrema pobreza no Brasil, entendida como extremamente pobres as famílias do Cadastro Único que possuam renda familiar per capita inferior à linha de pobreza administrativa do Programa Bolsa Família.

Acredita-se que pesquisas sobre a saída da pobreza no Brasil são importantes considerando a quantidade de famílias nesta situação. Planos e programas têm sido criados no plano público objetivando auxiliar as famílias na saída da pobreza. Esses planos consideram o PBF prioritariamente como programa de transferência de renda e buscam, basicamente, capacitar as pessoas para entrar no mercado de trabalho, seja através de qualificação profissional, seja através de criação de creches para o cuidado com os dependentes menores de idade dessas famílias.

No entanto, o problema parecer persistir: o Programa Bolsa Família, por exemplo, acabou com a fila de famílias que estavam esperando para entrar no programa seis vezes apenas no ano de 2017. Isso significa que pelo menos seis vezes em 2017 haviam novas

famílias pobres, entrando no programa, e famílias que estavam no programa mas saíram. Essa dinâmica da pobreza, em que famílias entram e saem, mas que o quantitativo total de famílias beneficiárias permanece inalterado com o passar dos anos, denota a importância de estudos aprofundados das causas da saída da pobreza.

Nesse contexto de esforços políticos pela criação de planos complementares às transferências de renda para que se possam superar a pobreza, conjuntamente com a falta de consenso sobre a efetividade dessas ações, e somando ainda com dinâmica de entrada e saída das famílias do PBF, verificada através da quantidade de famílias na fila de espera do programa, reforça-se a necessidade de entender melhor a pobreza através de estudos focados nesse público.

De acordo com a literatura, a situação de pobreza de uma família pode ser explicada por três conjuntos de fatores. Primeiramente, estudos que relacionam pobreza com crescimento econômico ou desigualdade implicam que o local onde a família reside importa para explicar a pobreza. Em segundo lugar, as variáveis familiares, tais como quantidade de filhos e quantidade de adultos também importam, visto que disto deriva o número de mão de obra disponível da família. A teoria da dependência aborda estas questões. Por último, os ativos do indivíduo também importam para explicar a saída da pobreza, tais como escolaridade, idade e vinculação ao mercado de trabalho. A teoria do capital humano, por exemplo, associa escolaridade a nível de rendimento da pessoa.

A primeira motivação para um estudo sobre a saída da pobreza utilizando dados do Cadastro Único justifica-se pela metodologia utilizada de acompanhamento destas famílias ao longo do tempo. Estudos sobre saída da pobreza com outras bases de dados, que não possuem a identificação da família, não permitem o acompanhamento ao longo do tempo de uma mesma família.

As informações socioeconômicas das famílias estariam no Cadastro Único para Programas Sociais, a base de dados do Governo Federal criada para ser o principal instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população (Brasil, 2015b). No Cadastro Único, são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa da família, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais (Brasil, 2015b).

Outra motivação que levou ao desenho dessa pesquisa foi a importância que o Cadastro Único alcançou ao longo do tempo, bem como o relativo baixo protagonismo que

este assume nas pesquisas sobre pobreza. Grande parte das pesquisas sobre o tema utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa Mensal de Empregos (PME).

O último fator que justifica essa pesquisa seria a relevância do tema, visto que 12,5 milhões de famílias estão extremamente pobres, e que há uma variedade de estudos que apresentam os principais fatores que fazem a família superar a extrema pobreza.

O Cadastro Único será a base utilizada, a partir das informações de 2012 e de 2016. As informações das famílias nesses dois períodos serão comparadas e, assim, através de regressão logística, será verificada a diferença entre essas famílias, comparando a diferença entre as famílias que saem da pobreza e as famílias que não saem da pobreza.

Ressalta-se, portanto, que objetivo geral desse trabalho é alcançar uma maior compreensão dos fatores que diferenciam as famílias que saíram da pobreza extrema das demais famílias. Comparando as famílias que superam a extrema pobreza com as que não superam outras famílias é possível alcançar uma maior compreensão das possibilidades, gerando conhecimento para embasar políticas sociais melhores desenhadas para complementar o Programa Bolsa Família visando à redução estrutural da pobreza.

Além disso, este trabalho também visa traçar um perfil das famílias extremamente pobres, verificando suas principais características socioeconômicas e também quais as principais mudanças que ocorrem com essas famílias.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: o capítulo 1 conceitua pobreza e extrema pobreza, apresentando a abordagem monetária e a abordagem multidimensional do fenômeno. Além disso, traz os tipos de linha de pobreza mais utilizados. O capítulo 2 apresenta onde o Brasil se insere em relação ao fenômeno, as características da extrema pobreza brasileira, a queda recente desta e as políticas de combate. O capítulo 3 apresenta a base de dados utilizada, o Cadastro Único. O capítulo 4 apresenta um perfil das famílias extremamente pobres no período de 2012 e 2016 e, através do modelo estatístico regressão logística, os fatores que mais aumentam as chances de as famílias superarem a situação de extrema pobreza. Por fim, o capítulo 5 apresenta as considerações finais.

2 DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL

Pobreza é um fenômeno complexo, cuja definição mais simples pode ser ‘não dispor dos meios para operar de forma adequada no meio social em que se vive’. A operacionalização dessa definição é influenciada pelo contexto socioeconômico da região a ser analisada (Rocha, 2006).

O conceito de pobreza pode ser absoluto ou relativo. Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. Esse mínimo vital é (ou deveria ser) atemporal e igual para todos os indivíduos e locais, não dependendo, dessa forma, da situação econômica e social dos outros habitantes da nação que se quer analisar. Dentro da pobreza absoluta, há duas subcategorias de mínimo vital. O mínimo vital de alimentos para sobreviver, ou seja, ligado às questões nutricionais, e o mínimo vital que abrange, além dos alimentos, outras questões, como habitação e vestuário. Convencionou-se denominar a primeira subcategoria de extrema pobreza e a segunda de pobreza. A pobreza relativa está relacionada aos extremos inferiores de uma sociedade na unidade de medida escolhida para quantificar o fenômeno.

A escolha de se utilizar o conceito absoluto ou relativo é realizada levando-se em conta o nível de desenvolvimento do país e o tipo de pobreza. Países pobres ou com uma parcela significativa da população miserável têm aplicações mais úteis do conceito de pobreza absoluta. Já países ricos, onde a pobreza absoluta já foi superada, beneficiam-se mais do conceito de pobreza relativa, que está relacionada, não à subsistência, mas à distribuição de recursos dentre os indivíduos da nação, ou seja, à questão da desigualdade.

A abordagem mais comum e utilizada de instrumentalizar e quantificar pobreza é através da renda. A partir da década de 70, no entanto, várias abordagens surgiram estendendo e/ou alterando o entendimento do fenômeno. Há abordagens que estendem o conceito de mínimo vital a uma gama de outras necessidades (como educação, moradia, saúde, etc) chamada enfoque das necessidades básicas (Laderchi, Saith e Stewart, 2003). Há abordagens que enfocam, para definir pobreza, as capacidades que os indivíduos possuem de satisfazer as necessidades básicas, quer eles utilizem essas capacidades ou não. E também há um enfoque subjetivo, chamado de participatório, que define a pobreza a partir da narrativa das próprias pessoas atingidas pelo fenômeno (Laderchi, Saith e Stewart, 2003). A próxima seção aborda a pobreza a partir do seu senso mais comum e simples de definir: a insuficiência de renda.

Pobreza como insuficiência de renda – a abordagem monetária

Nas economias modernas e monetizadas, em que a parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Dessa forma, o conceito de pobreza, absoluta ou relativa, é geralmente calculado em valores monetários, chegando ao que se denomina de ‘enfoque monetário’ da pobreza (Rocha, 2011).

Os primeiros trabalhos deste enfoque, escritos por Rowntree (1901)¹ e Booth (1887)², para quantificar a pobreza na Inglaterra, foram os responsáveis por relacionar pobreza ao conceito de “subsistência”³, segundo o qual uma família é considerada pobre caso apresente renda insuficiente para a obtenção de um mínimo necessário à garantia da manutenção física de seus membros. Esses estudos seminais, desenvolvidos no fim do século XIX, ainda inspiram, de forma dominante, os estudos realizados sobre o tema. Tal enfoque:

[V]ai estabelecer que pobre é todo aquele que não se beneficia de um padrão de subsistência mínimo, baseado na ingestão diária de um requerimento calórico dado. Portanto, inicialmente, pobreza e fome são quase sinônimos e se confundem na identificação de quem é pobre. Nesse enfoque, as necessidades humanas aparecem limitadas às necessidades da sobrevivência física - comer, vestir-se - desconsiderando o social. Esse é ainda hoje o enfoque que prevalece na definição da pobreza absoluta ou da indigência: um padrão de vida aquém do que é exigido para assegurar a mera subsistência ou sobrevivência (Lavinias, 2003, p.30).

O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade que se quer analisar. Ou seja, quanto mais rica a nação como um todo, mais o conceito de pobreza se desvincula do mínimo vital e acompanha o grau de desenvolvimento regional. O conceito de pobreza relativa está estritamente relacionado com o conceito de desigualdade, uma vez que define pobreza não de uma forma fixa e baseada em critérios observados nos indivíduos, mas de uma forma que varia com relação ao nível de riqueza da nação.

É necessário esclarecer que pobreza e desigualdade são fenômenos diversos. Existem países com baixos índices de pobreza absoluta e grande desigualdade, bem como países com grande incidência de pobreza e baixa desigualdade (Carneiro, 2005). No entanto, quando a

¹ ‘Poverty. A Study of Town Life’. London, MacMillan and Co.

² ‘The inhabitants of Tower Hamlets (School Board Division), their Booth, C. (1887). ‘The inhabitants of Tower Hamlets (School Board Division), their condition and occupations.’ Journal of the Royal Statistical Society 50:326-340.

³Laderchi, Saith e Stewart (2003) salientam a influência dos valores vitorianos na concepção e nas proposições feitas pelos autores, que incluíam a deportação de pobres para colônias de trabalho nas quais eles seriam bem cuidados, empregados de manhã à noite, e onde poderiam ser fortalecidos, já que padeciam de uma espécie de fraqueza moral – por isso o valor inicialmente está ligado a apenas subsistência – nada além disso.

pobreza é relativa, o próprio conceito de desigualdade pode ser utilizado para delimitar as classes mais baixas da sociedade e estabelecer uma subpopulação de pobres. Por exemplo, os Estados-membros da União Europeia têm a linha de pobreza fixada como 60% da renda mediana.

Além disso, pode acontecer da própria desigualdade de renda criar uma subpopulação de indivíduos absolutamente pobres. O fenômeno, no caso brasileiro, por exemplo, encontra consenso, entre a literatura especializada, de que a pobreza absoluta, do ponto de vista do rendimento, é derivada da enorme desigualdade de renda do país (Rocha, 2006).

O conceito de pobreza pelo enfoque monetário, que incluem as pobreza absoluta (nível mínimo independente do desenvolvimento do país) e relativas (dependente do país), é bastante indicado para países monetizados e de fácil quantificação, mas possui algumas limitações.

Uma das fragilidades reside na impossibilidade de definir, de forma não controversa, um nível mínimo abaixo do qual os indivíduos encontram-se ameaçados em sua sobrevivência. Existe esse nível, mas não se pode desconsiderar que ele, mesmo estabelecido como ponto de demarcação, é sempre relativo, fruto de uma convenção (Carneiro, 2005). O ‘mínimo’ individual depende de questões fisiológicas para ser medido, tais como sexo, idade, e taxas metabólicas (Rocha, 2011).

Além da dificuldade de se estabelecer o mínimo nutricional, há também a questão cultural, que pode fazer com que as pessoas não queiram consumir os alimentos parametrizados. Uma dieta considerada correta tende a ser bastante barata, e parece que a maioria das pessoas conseguiria pagar por uma cesta de consumo destas⁴. Por exemplo, uma cesta de alimentos que preencheria as necessidades nutricionais das pessoas poderia ser composta apenas de ovos e bananas⁵ (Banerjee e Duflo, 2011).

Outra limitação desse enfoque refere-se à ênfase exclusiva na dimensão econômica do problema, que limita o âmbito, as possibilidades e a clareza sobre os limites das alternativas de intervenção. Além disso, considerar a renda dos indivíduos, verificada em um momento no tempo, não permite distinguir entre pobreza crônica e temporal, dificultando o desenho de estratégias diferentes para uma e outra situação (Mideplan, 2002 apud Carneiro, 2005).

⁴Banerjee e Duflo chegam a encontrar resultados que sugerem que a prioridade dos domicílios pobres não é consumir mais calorias, mas sim consumir alimentos mais saborosos e que a maioria das pessoas tem o suficiente para comer (2011, p. 25).

⁵ Os autores, usando base de preços das Filipinas, calcularam uma dieta de 2.400 calorias, com 10% das calorias provenientes de proteínas e 15% proveniente de gorduras. O preço, em PPP era de 21 centavos de dólar. Apenas para comparar, a linha de extrema pobreza do Banco Mundial é de 1 dólar por dia.

Na prática, a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda se generalizou, passando a ser adotada mesmo nos países mais pobres, onde, ainda hoje, lamentavelmente, indicadores relativos à sobrevivência física ainda são relevantes. É provável que as questões ligadas à sobrevivência física e associadas à noção de pobreza absoluta tenham sido crescentemente preteridas devido ao fato de que os estudos de pobreza se desenvolveram a partir da problemática dos países ricos. (Rocha, 2011).

A seção abaixo apresenta considerações sobre as formas de medição e quantificação do fenômeno - as linhas de pobreza.

Formas de Medição da Pobreza - Linhas de Pobreza

Uma linha de pobreza é um valor monetário estabelecido que divide a população em dois grupos, de acordo com seus rendimentos: os pobres e os não-pobres. As linhas de pobreza servem apenas para quantificar a pobreza se esta for considerada pela sua abordagem monetária. Se a pobreza é tratada de alguma forma não-monetária (como por exemplo, acesso a um conjunto mínimo de bens e serviços), então é necessária outra maneira para quantificar o fenômeno que não será tratado neste trabalho.

As linhas de pobreza podem ser observadas ou arbitrárias. As linhas de pobreza calculadas com base no consumo mínimo necessário são chamadas de 'linhas observadas'. As linhas observadas, apesar de terem uma correspondência mais fiel com o padrão de consumo real do que as linhas arbitrárias (escolhidas sem correspondência com algum padrão observado de consumo), apresentam algumas dificuldades no seu cálculo. No que concerne à cesta alimentar básica, trata-se de definir a composição da cesta e a escolha dos preços adequados por produto. No entanto, não existe uma única solução possível, apesar de se dispor de parâmetros universais de quais sejam as necessidades nutricionais essenciais⁶. (Rocha, 2011).

Em relação às outras necessidades básicas (habitação, vestuário, etc.) para as quais não se dispõe de parâmetros de consumo essencial, estabelecer um valor mínimo é necessariamente problemático. Julgamentos de valor são inevitáveis e dizem respeito a em que medida as linhas de indigência e de pobreza devem incorporar o valor de consumos que são habituais em determinada sociedade, mas reconhecidamente não-vitais. (Rocha, 2011).

⁶ Por exemplo, na cesta inicial de Rowntree (1901) é incluído o chá, apesar de seu valor nutricional praticamente nulo.

Já no caso de linhas de pobreza estritamente relativas, trata-se de estabelecer um valor que tenha como referência o nível de vida preponderante na sociedade em questão. Geralmente, esse valor é estabelecido com base na renda média ou mediana do conjunto da população⁷; por conseguinte, desvinculado do efetivo poder de compra ou do nível de bem-estar que é capaz de proporcionar de fato. Estas linhas não são diretamente comparáveis, visto que o valor da linha é uma proporção da população de determinado país e está vinculado à renda média daquele país e ao nível de riqueza interna (Rocha, 2011).

As linhas de pobreza e extrema pobreza são mais adequadas na delimitação de pobreza nos países em que esta, em seu aspecto absoluto, ainda é relevante. Para os países ricos, que já superaram a pobreza e a extrema pobreza, as linhas de pobreza relativas, mais relacionadas à desigualdade de renda, são mais úteis. No caso brasileiro (país de renda média), com economia urbana e monetizada, mas onde persiste importante contingente populacional desprivilegiado, a abordagem de pobreza absoluta ainda é relevante (Rocha, 2006).

As linhas administrativas são aquelas fixadas pelo Estado para a concessão de algum benefício. Há uma grande variedade de linhas administrativas, tanto nacionais como internacionais. Qualquer país com um sistema de seguridade social com critério de renda, por mais incipiente que seja, tem uma linha de pobreza oficial implícita ou explícita. A utilização de linhas administrativas para estudos apresenta defensores. Para Osório et al.:

A despeito da acientificidade e do caráter contingente, as linhas de pobreza administrativas são a melhor fonte para uma linha de pobreza extrema, por resultarem de um processo político que, idealmente, levou em consideração diferentes percepções e juízos sobre a pobreza, além das limitações orçamentárias. Estas linhas não agradam a todos, mas produzem alguns consensos: por exemplo, no debate político sobre o valor das linhas, frequentemente a alegação de que ele é baixo para representar a pobreza acaba produzindo um consenso sobre sua capacidade de representar a pobreza extrema (Osório et al., 2011, p. 18).

O processo de elaboração de uma linha de pobreza é algo complexo e ‘mesmo que as escolhas sejam embasadas em informações majoritariamente técnicas, ainda assim sempre embutirão uma dose considerável de juízos de valor’ (...). Por outro lado, a utilização de uma linha de pobreza ‘traz as vantagens da simplicidade e da transparência, facilitando o acompanhamento pela sociedade no que concerne a evolução das políticas’ (Falcão e Costa, 2014).

É provável que a dificuldade e a complexidade de se estabelecer um valor consensual e oficial do que se considera como pobreza, sobretudo numa época de mudanças tecnológicas, e, por conseguinte, de padrão de consumo, sejam responsáveis pela ausência de uma linha de

⁷ Por exemplo, a linha de pobreza da União Europeia é de 60% da renda mediana.

pobreza oficial e utilizada para todas as políticas do governo. O Brasil, no entanto, apresenta duas linhas administrativas federais: R\$ 170 para ter acesso aos benefícios do PBF e $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para ter direito ao BPC. Além disso, vários estudiosos calcularam linhas de pobreza nacionais, a maioria a partir do método da insuficiência calórica e, frequentemente, também se utiliza o salário mínimo como base para linhas de pobreza⁸.

Ao longo da década de 1980, por exemplo, a maioria dos estudos sobre incidência de pobreza no Brasil utilizada algum múltiplo do salário mínimo como linha de pobreza, geralmente 2 salários mínimos por família ou $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita⁹.

Entretanto, a utilização do salário mínimo como linha de pobreza encontra críticos. Para Rocha (2011), nem no momento de sua criação, em 1940, os valores estabelecidos para o salário mínimo refletiam de forma fidedigna o custo de atendimento das necessidades básicas¹⁰. Os procedimentos de atualização de valores que vem sendo utilizados desde então, assim como a unificação do mínimo nacional do salário mínimo, ignorando diferenças regionais e urbano-rurais de custo de vida para os pobres, certamente, não contribuíram para melhor adequá-lo ao uso como linha de pobreza.

Para Soares (2009), o uso do salário mínimo corrente para definir uma linha de pobreza é particularmente ruim. Além de sofrer dos mesmos problemas de qualquer linha administrativa para distribuir recursos, o salário mínimo aumenta (ou não) em termos reais, dependendo da conjuntura econômica e política. Isso impossibilita qualquer comparação temporal. Além disso, trata-se ‘de uma concepção mais ligada ao mercado de trabalho do que ao conceito de pobreza’ (Falcão e Costa, 2014).

O Plano Brasil sem Miséria¹¹, ‘ciente do tempo e da energia gastos anteriormente em tentativas frustradas de estabelecer uma linha¹²’, optou por utilizar a mesma linha do PBF para servir de linha para o novo plano. A explicação da defesa desse valor é apresentada abaixo:

⁸Há linhas ou metodologias de pobreza calculadas Peliano (1993); Ferreira, Lanjouw e Neri (2003); Barros e Feres (1998) e Silveira *et al.* (2007).

⁹ Valor de linha utilizado por autores tais como Pfefferman e Web (1983), Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983), Hoffmann (1984), Fox e Morley (1990), Tolosa (1991) e Albuquerque (1993).

¹⁰ De acordo com a Constituição Federal (1988) o salário mínimo deve ser capaz de atender as seguintes necessidades vitais básicas: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Em setembro de 2017 o salário mínimo tinha que ser quatro vezes maior para atender essas necessidades, de acordo com cálculo do Dieese.

¹¹ Plano federal que tinha como objetivo acabar com a extrema pobreza brasileira, criado em 2011. Será explicado mais adiante.

¹² Soares (2009) aponta que ‘tendo em conta que nenhuma das abordagens é consensualmente reconhecida como melhor do que as outras, cada uma apresentando suas vantagens e suas limitações, até hoje não há um método de calcular a linha de pobreza que faça sentido. Talvez isto seja porque o próprio conceito de pobreza não faz sentido. O conceito de pobreza está intimamente ligado ao conceito de bem-estar, que é um conceito contínuo: um indivíduo com R\$ 11 adquire mais bem-estar material que outro com R\$ 10, do mesmo jeito com R\$ 1.001 pode obter mais bem-estar que outro com R\$ 1.000. Já a pobreza é um conceito binário: ou se é pobre ou não se é; alguém está acima ou abaixo da linha’.

Foram levadas em consideração as linhas regionalizadas calculadas por Sônia Rocha com base no consumo calórico, que em 2011 orbitavam os R\$ 70 por pessoa ao mês, e a linha do Banco Mundial, adotada pelas Nações Unidas como parâmetro de aferição do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de US\$ 1,25 per capita por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC) – que no momento de concepção do Brasil sem Miséria se traduzia em cerca de R\$ 67. (...) a adoção de uma linha na casa dos R\$ 70 colocaria o Plano em sintonia com um dos principais programas que o viriam a compor (o Bolsa Família), com estudos respeitados na área de definição da pobreza (os de Sônia Rocha) e com o principal parâmetro global de aferição da extrema pobreza (o do Banco Mundial), conferindo comparabilidade internacional aos resultados, sem deixar de proporcionar uma meta desafiadora. (Falcão e Costa, 2014, p. 7).

Em relação às linhas internacionais, o Banco Mundial é a principal fonte de utilizada para comparação entre países. O Banco estipula a linha de US\$ de 1,25 dólar por dia para a extrema pobreza e US\$ 1,90 para a pobreza. Apesar de parecer arbitrário, para Soares (2009), o valor é um pouco menos arbitrário do que outras linhas, já que ‘quando o Banco Mundial buscava uma linha de pobreza padrão para aplicar em todo o mundo nos anos 1980, técnicos da instituição analisaram um grupo relativamente grande de linhas de pobreza nacionais, cuja média foi ligeiramente superior a US\$ 30 PPC por mês, ou US\$ 1 por dia’ (p. 34).

Estas linhas, conforme indicação do próprio Banco Mundial, são adequadas quando o objetivo é realizar uma comparação de pobreza entre vários países. Já na análise de algum país específico, deve-se utilizar as linhas do próprio país. Por exemplo, para países de renda média-baixa, a linha de pobreza sugerida é US\$ 3,20 dólares e, para países de renda média-alta, US\$ 5,50 (Banco Mundial, 2017).

É importante definir com bastante clareza a linha de pobreza que será utilizada num estudo, visto que a escolha desta altera o quantitativo de pobreza. Além disso, linhas diferentes não são comparáveis. Para ilustrar, a Tabela 1 apresenta o percentual de pobres de acordo com várias linhas de pobreza para o ano de 2016, calculada pelo IBGE a partir de dados da Pnad.

Tabela 1– Percentual de pobreza de acordo com linha de pobreza utilizada em percentual da população (por classes de rendimento mensal domiciliar per capita selecionadas, segundo as Grandes Regiões)– 2016

Regiões	Até ¼ de salário mínimo	Até R\$85	Mais de R\$85 a R\$170	Até US\$ 1,9	Até US\$ 3,1	Até US\$ 5,5
Brasil	12,1	4,2	4,3	6,5	11,9	25,4
Norte	22,7	6,2	9,6	11,2	22,7	43,1
Nordeste	23,1	7,9	8,8	12,9	22,9	43,5
Sudeste	6,3	2,6	1,6	3,3	6,1	15,9
Sul	4,7	1,8	1,3	2,4	4,8	12,3
Centro-Oeste	6,0	2,2	1,8	2,9	5,7	17,0

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais – edição 2017.

Para extremamente pobres, há a linha administrativa do PBF, de R\$ 85,00 per capita, e a linha do Banco Mundial de US\$ 1,90 em PPC. De acordo com a linha nacional, havia 4,2 % de indigentes e, de acordo com a linha do Banco Mundial, havia 6,5% da população. Para o cálculo de pobres, há as linhas administrativas de 1/4 do Salário Mínimo (utilizada para o cálculo do BPC), e de R\$ 85,00 a R\$ 170,00 reais (utilizada para o cálculo de pobres do PBF). Além disso, há a linha internacional de US\$ 5,5 em PPC calculada pelo Banco Mundial, que desde 2011 é recomendada pelo próprio Banco no cálculo de pobreza para países de renda média como o Brasil. De acordo com essas linhas, a pobreza é, respectivamente, de 12,1%, 8,5% e 25,4% da população. Assim, quando se fala em pobreza ou extrema pobreza, é necessário ter bem claro qual a linha utilizada.

Pobreza é apenas falta de renda? Outras abordagens

O principal argumento teórico para o uso de renda no estabelecimento de linhas de pobreza ou, mais genericamente, para mensurar o nível de vida de uma sociedade, consiste na estreita correlação entre nível de renda e os indicadores de bem estar físico. Na verdade, o que se teria em mente, pelo menos quando se trata de pobreza absoluta, eram indicadores físicos de qualidade de vida, para os quais a renda serviria como *proxy*, muitas vezes questionável. Para Codes (2008),

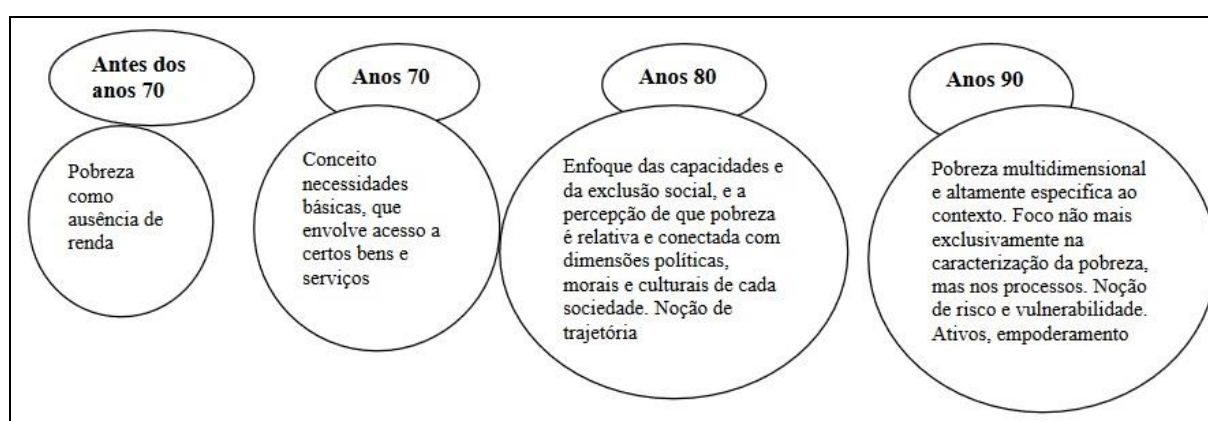
À noção inicialmente cunhada – a da “subsistência”, que definia a pobreza com base no critério da renda necessária para a sobrevivência exclusivamente física do indivíduo – somaram-se outras formulações mais abrangentes. Um primeiro passo em relação à ampliação do conceito veio com a formulação das “necessidades básicas”, que instaurou a perspectiva de que a pobreza tem várias faces, manifestando-se por intermédio de diversos tipos de carências. A partir daí, desdobraram-se outras formulações, como a da (...) “privação de capacidades”, que se caracteriza por desenvolver uma reflexão de caráter mais abstrato sobre a natureza do objeto, remetendo a discussão aos campos da justiça social, da política, das desigualdades e da subjetividade. Tal evolução conceitual não significa que as formulações mais antigas tenham sido descartadas pelas mais recentes. Observa-se, ainda nos dias de hoje, a coexistência de todas elas. Entretanto, nota-se que os atuais debates sobre o tema tendem a enfatizar a idéia de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados (p. 5).

Rocha (2011) enfatiza a participação do setor público na evolução do conceito, uma vez que este, com o objetivo de reduzir a pobreza, muitas vezes valeu-se de políticas e serviços públicos, subsídios e outros benefícios não monetários, dando impulso adicional às

abordagens que utilizavam indicadores sociais ao invés da renda como medida de bem-estar também aponta a importância do processo político na evolução do conceito.

A partir da década de 70, o conceito de pobreza tem sofrido evolução, passando a ser entendido por outras perspectivas, a partir de críticas quanto à insuficiência do enfoque da renda para caracterizar o fenômeno. O número atual de enfoques varia de autor para autor. A Figura 1 apresenta a evolução conceitual, numa perspectiva temporal, do que se entende por pobreza.

Figura 1 - Enfoques sobre a pobreza numa perspectiva temporal



Fonte: Carneiro, 2005.

Como se pode observar, até a década de 70, a pobreza era vista apenas como ausência de renda. A perspectiva das necessidades básicas ganha destaque na América Latina entre os anos 1970 e 1980, centrada na identificação de déficits e níveis de carência que condicionam a pobreza. Ela sustenta que são pobres as pessoas que não têm suas necessidades básicas satisfeitas, cujo consumo de bens e serviços não atinge o mínimo considerado necessário (Carneiro, 2005).

As dimensões que são consideradas como básicas variam de autor para autor mas, de uma forma geral, são: acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte etc.), variáveis relacionadas a processos de natureza psicossocial (participação, autoestima, autonomia, capacidades etc.), em uma versão ampliada da noção de necessidades, mais próxima da ótica das capacidades. O enfoque das necessidades insere, de forma clara, a relatividade presente na caracterização e mensuração da pobreza: as necessidades são relativas a tempos e lugares e referidas aos padrões vigentes em cada sociedade (Carneiro, 2005).

Adotar uma abordagem deste tipo denota a ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da interrelação entre as diversas carências. Operacionalmente, isso implica a implementação de políticas que privilegiem complementaridade no combate

aos diferentes aspectos da pobreza, tendo em vista que a melhoria do bem-estar social deve ser mais do que o resultado da soma de atuações setoriais específicas e desvinculadas entre si (Rocha, 2011).

No entanto, esta abordagem assemelha-se mais a um indicador de desenvolvimento de um país, a medida em que cria indicadores para a população para um todo e não para a subpopulação dos pobres. Para Rocha (2006),

Embora alguns autores tenham se referido à questão específica dos pobres, o enfoque predominante da abordagem das necessidades básicas consistiu em desenvolver instrumentos de análise que permitissem estabelecer comparações entre países e monitorar os progressos no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo para determinada população como um todo (p. 28).

Além de o índice ser utilizado prioritariamente para acompanhamento da evolução da população como um todo, outro ponto crítico nesta abordagem é a falta de consenso quanto à composição de um indicador sintético e sua medição. Apesar das muitas tentativas¹³ nos anos 1970 e 1980 de estabelecimento de um indicador social sintético, não se chegou a um resultado satisfatório conceitual e operacionalmente (Rocha, 2006).

O enfoque das capacidades é sintetizado em ‘Liberdade como Desenvolvimento’, de Amartya Sen, economista e filósofo indiano, e é uma abordagem alternativa à abordagem monetária, na medida em que rejeita que o bem-estar deve ser medido em termos puramente econômicos (Laderchi, Saith e Stewart, 2003).

Nessa perspectiva, a pobreza é definida como carência ou privação de capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de capacidades básicas para operarem no meio social, que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, o que pode independe da renda que os indivíduos possuem (Carneiro, 2005).

Para Sen, o bem-estar é relativo ao potencial de realização do ser-humano, o que pode causar problemas de mensuração, visto que o importante é a capacidade de ação (o que daria a liberdade para poder agir) e não a escolha da ação em si (Soares, 2009). Uma política que pode ser considerada baseada na teoria de Sen é a política do Programa Bolsa-Família, na medida em que condiciona ao recebimento da transferência monetária as famílias participantes a educarem seus filhos, trazendo, assim, a capacidade educacional para a geração seguinte.

¹³ Ver Drewnowsky e Scott (1966), Morris e Liser (1977) e Hicks e Streeten (1979) para alguns exemplos. Para uma sintetização a respeito da discussão sobre índices sintéticos de desenvolvimento ver o Relatório de Desenvolvimento Humano, de 1990, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Uma questão fundamental na utilização prática dessa abordagem é a definição de quais níveis de capacidades e níveis de realização são consideradas como essenciais (Laderchi, Saith e Stewart, 2003). Vários autores tentaram chegar a uma lista com as capacidades básicas. No entanto, essas listas geralmente interpretam as capacidades mínimas como sendo constituídas por saúde, nutrição e educação, basicamente o mesmo que as listas da abordagem das necessidades básicas.

Os três enfoques explicados acima - monetário, das necessidades básicas e das capacidades, fornecem parâmetros objetivos e externos aos indivíduos pobres para explicar a pobreza. O enfoque participatório (*participatory poverty assessments*), ao contrário, utiliza a visão das pessoas pobres para tentar explicar o fenômeno.

Este enfoque sobre pobreza é feito a partir das definições dos próprios atores imersos nas condições de pobreza. Essa abordagem não configura, propriamente, um enfoque teórico, tendo sido bastante utilizado por pesquisadores do Banco Mundial¹⁴ para complementar a análise monetária da pobreza.

Um dos pontos fortes do uso de enfoques participativos é a sua possível contribuição no aperfeiçoamento de métodos, uma vez que poderia permitir ajudar a validar o que pode ser considerado mínimo para o consumo alimentar, qual seria o conjunto das necessidades básicas ou os elementos que contam para identificar os excluídos sociais.

Todavia, esta abordagem, ao utilizar uma definição do tipo ‘auto-declaratória’, pode gerar distorções nas definições, caso haja algum tipo de benefício envolvido em ser considerado pobre. Além disso, o grupo de referência pode enviesar a análise, visto que as pessoas tendem a considerar o meio em que vivem como uma simplificação da realidade total. (Soares, 2009)

¹⁴ O estudo mais extenso utilizando essa técnica, ‘*Voices of the Poor*’ (1998), foi realizado pelo Banco Mundial, e apresenta informações de 47 países. Apesar disso, o uso pioneiro do enfoque participatório foi em ‘*Poor Britain*’ (1985), de Joanna Mack and Stewart Lansley.

Extrema Pobreza no Brasil – programas de combate e principais determinantes

Conforme se mostrou no capítulo anterior, a definição de pobreza não é exclusivamente absoluta e tem sempre um componente relativo que deve ser analisado de acordo com o nível de desenvolvimento e riqueza do país.

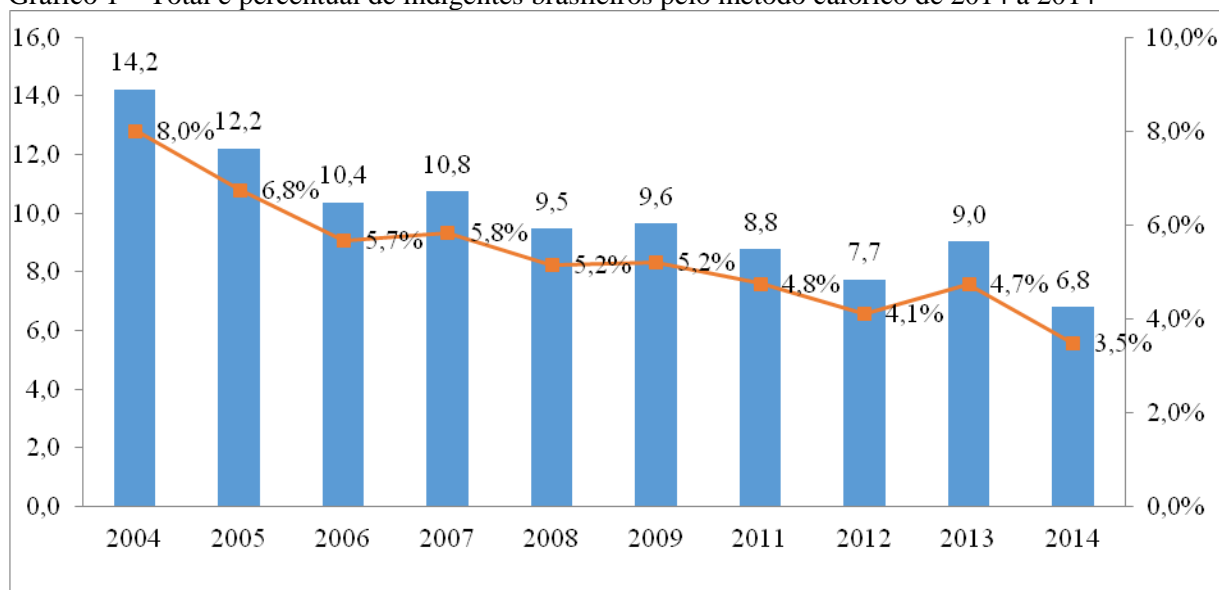
Assim, a abordagem para o fenômeno depende da necessidade do pesquisador, mas há algumas tipologias mais utilizadas. O Banco Mundial, por exemplo, separa os países em três categorias de acordo com sua renda *per capita* (países de renda baixa, média baixa e média alta) e deriva três linhas de pobreza (US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50).

Rocha (2006) também apresenta uma categorização de países (de acordo com a distribuição de renda do país), e separa as nações em três grupos: os que possuem baixa renda nacional de modo que a renda per capita é baixa e a pobreza é inevitável, os países que possuem alta renda nacional e a desigualdade de renda entre indivíduos é suavizada pelas transferências de renda governamental e universalização de serviços públicos e, finalmente, os países onde há uma renda nacional suficiente para garantir o mínimo possível para todos os habitantes, de modo que a pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda.

O Brasil é um país de renda média (US\$ 8,8 mil per capita) cuja pobreza é consensualmente atribuída à grande desigualdade de renda. De acordo com Barros et al. (2001), “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Os níveis elevados de pobreza que afligem a sociedade brasileira encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social” (p 1).

O Gráfico 1 apresenta a trajetória do quantitativo de pobreza no país na última década. Desde 2004 tem havido uma redução na pobreza, que pode ser creditada a redução da desigualdade, programas de transferência de renda e melhoria de acesso ao mercado de trabalho pela população de baixa renda, entre outros fatores. Em 2014, 3,5% da população era extremamente pobre (cálculo pelo método calórico, que permite o acompanhamento longitudinal sem maiores ajustes quanto a mudanças na linha de pobreza utilizada). A proporção de extremamente pobres muda de acordo com a metodologia utilizada. Segundo cálculos do MDS, esta é de 2,5% da população, taxa que já pode ser considerada como erradicada.

Gráfico 1 – Total e percentual de indigentes brasileiros pelo método calórico de 2004 a 2014



Fonte: Sônia Rocha 2014.

A próxima seção apresenta as principais políticas de transferência de renda do Brasil: o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil sem Miséria. Estas políticas visam combater a pobreza através de transferência de recursos monetários às famílias pobres com a condição de que a família cumpra certas condicionalidades que deixarão melhor capacitadas para superar a pobreza. Além disso, também facilita o acesso dessas famílias a uma gama de bens e serviços considerados essenciais e oferece acesso a políticas complementares de inclusão produtiva e social.

Políticas de Saída da Extrema Pobreza no Brasil e por que elas são importantes

Esta seção busca apresentar as principais políticas de redução da extrema pobreza e explicar a importância de políticas deste tipo. Entende-se que o fenômeno de extrema pobreza deixa as famílias vulneráveis a ponto de não conseguir sair da situação por gerações¹⁵. Assim, as políticas de superação da pobreza agem de duas formas: oferecendo transferências de recursos enquanto a família está na situação, e fornecendo instrumentos para que elas consigam, por si próprias, superar o fenômeno.

A intervenção governamental para a redução da pobreza auxilia a retirar as famílias da armadilha da pobreza, um fenômeno que faz com que os pobres continuem pobres ao longo das gerações familiares, alcançando pouca mobilidade social. A instabilidade e a falta de perspectiva em relação ao futuro são os principais fatores que explicam a armadilha da

¹⁵ Nesse sentido, um dos objetivos do PBF é a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

pobreza. Para Banerjee e Duflo (2011), um sentimento de estabilidade é necessário para que as pessoas sejam capazes de ter uma visão de longo prazo. Nesse sentido, é possível que as pessoas que não vislumbrem uma melhoria considerável na qualidade de vida no seu futuro optem por parar de tentar melhorar de vida e acabem por estagnar. Por exemplo, quanto à educação, estes pesquisadores apontam que a maioria dos pais acreditam que a educação é um investimento com rendimentos não lineares ao longo do tempo. Ou seja, acreditam que apenas se os filhos terminaram algum ciclo é que haverá uma melhora de renda, e não que os aumentos de renda futuros ocasionados por cada ano de educação sejam lineares, como é realmente o caso. Assim, caso esses pais acreditem que não os filhos não conseguirão terminar o ciclo escolar, muitas vezes optam por nem colocar os filhos na escola.

Apesar do combate à pobreza depender de uma série de ações intersetoriais, como saúde e educação, as políticas de transferência de renda (assistenciais) se constituíram como o cerne da política antipobreza devido ao seu sucesso de implementação. Frisa-se, contudo, que as transferências de renda, de acordo com Rocha (2011), não devem ser vistas como uma forma de resolver a pobreza de uma maneira geral, mas têm como função primordial ‘tornar menos crítica a condição de vida dos pobres no período em que políticas capazes de levar a mudanças estruturais ainda não surtiram efeito’ (Rocha, 2011, p. xii).

No Brasil, as políticas assistencialistas de transferência de renda, ou seja, aquelas não vinculadas a uma contribuição financeira, tem origem a partir da Constituição Federal de 1988, que amplia o acesso aos direitos sociais e universaliza a transferência para todos os idosos e deficientes definidos como pobres (Rocha, 2011). Inicialmente, tinham uma função básica: proteger o cidadão que não tinha condições para trabalhar (seja por velhice, seja por deficiência) e que era pobre.

A partir da década de 1990 (a partir da estabilização econômica), surgem as primeiras iniciativas de transferência de renda vistas como complementação de renda para famílias pobres, independentemente da possibilidade destas de trabalharem. As primeiras iniciativas focaram nas famílias com crianças. Assim, o Estado supera as ações filantrópicas e enxerga o assistencialismo para famílias pobres como entidade legítima, organizada e coordenada nacionalmente apenas recentemente com a consolidação de diversas ações que irão se fundir e criar o Programa Bolsa Família.

Programas Bolsa Família e Plano Brasil sem Miséria

O Programa Bolsa Família trata-se de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, para as famílias vulneráveis, criado pela Lei 10.836 de 2004, a partir da junção de quatro programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação, e Vale-Gás). A junção desses vários programas no novo programa justificou-se pelo ganho de eficiência, ampliação do atendimento às famílias pobres e do acesso aos serviços públicos. Uma família que era acompanhada apenas na dimensão educacional passou a ser acompanhada nas áreas de saúde e assistência social.

O Programa Bolsa Família atua em três dimensões que, de forma articulada, contribuem para o alcance de seu principal objetivo: a superação do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza nas famílias. Para cada dimensão há uma ação articulada:

- 1ª. Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- 2ª. Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias superem o ciclo da pobreza entre as gerações;
- 3ª. Promoção de oportunidades para o desenvolvimento das famílias, por meio de ações que promovam a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza pelos beneficiários do PBF.

Com relação ao alívio imediato da extrema pobreza, para Osório et al., o PBF não erradica a extrema pobreza por dois motivos:

O primeiro são os baixos valores transferidos. Grande parte das famílias extremamente pobres tem sua privação de renda diminuída em intensidade, mas os benefícios não são suficientes para a superação da pobreza extrema (...) O segundo obstáculo é o cadastramento das famílias extremamente pobres que ainda não participam do PBF. (...) ainda existem famílias extremamente pobres não cadastradas, e erradicar a extrema pobreza exige que o sejam. Outro problema é a possibilidade de que parte das famílias extremamente pobres não receba o benefício em função dos limites estabelecidos pelas cotas municipais (Osório et al., 2011, p. 37-38).

As condicionalidades que as famílias precisam cumprir para receber o benefício monetário são:

Quadro 1: Condicionalidades do Programa Bolsa Família

Saúde	Vacinação e acompanhamento do crescimento de crianças até 6 anos
	Pré-natal de gestantes/nutrizes e acompanhamento da saúde delas e dos bebês
Educação	Frequência Escolar mínima de 75% para adolescentes (16 e 17 anos)
	Frequência Escolar mínima de 85% para crianças (6 a 15 anos)

Fonte: Brasil, 2004.

Para Soares e Sátyro (2009), as contrapartidas (condicionalidades) são um dos pontos mais controversos do programa, visto que a interpretação destas muda de acordo com a visão do mesmo. Se é considerado que o Bolsa-Família, é, antes de tudo, proteção social, a utilização de contrapartidas pode enfraquecer o objetivo do programa. Se é considerado que o programa é, prioritariamente, um programa de incentivo ao capital humano, então a exigência de contrapartidas pode ser até mais importante do que a transferência monetária em si.

O critério de entrada no programa é a renda familiar *per capita*, ou seja, o Bolsa-Família considera a pobreza através do enfoque monetário. O valor monetário recebido por uma família beneficiária do programa depende de sua renda per capita mensal e da composição familiar, isto é, se há crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrizes.

Considerando a volatilidade de renda das famílias mais vulneráveis, o programa conta com uma regra que permite às famílias permanecerem no programa por um período de até dois anos, mesmo que sua renda supere às linhas de pobreza (contando que a nova renda fique abaixo de ½ salário mínimo). Essa regra é chamada Regra de Permanência.

O PBF é o principal programa social com foco nas famílias de baixa renda do Brasil e é o objetivo de diversos estudos. Por isso, há vários pontos sem consenso. Segundo Bichir (2010):

O Programa Bolsa Família é hoje o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo. Contudo, há poucos consensos em torno desse programa, seja entre políticos de diversos partidos, seja entre especialistas em políticas sociais e programas de combate à pobreza. Além da clivagem mais ampla entre políticas sociais universais e políticas focalizadas, há divergências em torno da eficácia e mesmo da necessidade das condicionalidades associadas ao programa, em torno de seus impactos, sua utilização político-eleitoral, além de dúvidas em relação à sua sustentabilidade política e econômica no longo prazo, associadas à discussão das “portas de saída” para os beneficiários. (p. 116).

Nessa mesma linha, o Plano Brasil sem Miséria, criado em 2011 através do decreto nº 7.492, surgiu como uma tentativa articulada entre 22 ministérios, e coordenado pelo MDS, para tentar acabar com a extrema miséria até 2014. A articulação interministerial justificou-se

pela abordagem prioritária da pobreza utilizada no Plano, que insere-se mais dentro da ótica das necessidades básicas do que na ótica monetária. Nesse sentido, pode-se entender que este plano enxerga a pobreza de forma mais complexa do que o PBF, que pode ser considerado prioritariamente um programa de transferência de renda (apesar das condicionalidades de educação e saúde).

O PBSM iniciou-se em 2011 e tinha previsão de durar quatro anos, mas na prática suas ações continuaram ao longo de 2015 e 2016. Entre as iniciativas presentes dentro do guarda-chuva do PBSM estão velhos e novos programas direcionados para a garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva da população mais vulnerável (Tronco e Ramos, 2017).

Conjuntamente, o PBSM e o PBF permitiram acabar com a extrema pobreza no universo do programa, retirando 22 milhões de pessoas da miséria.

A linha de Pobreza e Extrema Pobreza do Programa Bolsa Família

O PBF utiliza duas linhas administrativas: a linha de extrema pobreza¹⁶ e a linha de pobreza, que é o dobro da primeira. As linhas são apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2 - Linhas de Pobreza e Extrema Pobreza do PBF – desde sua criação

Linhas de Pobreza	de 2003 a abr/2006	mai/2006 a abr/2009	mai/2009 a ago/2009	set/2009 a mai/2014	jun/2014 a jun/2016	A partir de jul/2016
Extremamente Pobres	R\$ 50,00	R\$ 60,00	R\$ 69,00	R\$ 70,00	R\$ 77,00	R\$ 85,00
Pobres	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 137,00	R\$ 140,00	R\$ 154,00	R\$ 170,00

Fonte: Brasil, 2004.

A linha do PBF não tem reajuste de valor automático, mas este deve ser realizado de acordo com a lei de instituição do Programa “em razão da dinâmica socioeconômica do país e de estudos técnicos sobre o tema” (Brasil, 2004). Quanto à ausência de indexação formal e à forma de correção do valor da linha, as opiniões divergem entre os estudiosos. Para Falcão e Costa (2014), a estratégia é válida e se justifica pelos princípios da responsabilidade fiscal e estabilidade, que pautam a política econômica, visto que essas linhas vinculam a concessão de benefícios financeiros.

¹⁶O programa conceitua como extrema pobreza a situação em que se encontram os mais pobres entre os pobres. No entanto, a conceituação de extrema pobreza, de uma forma geral significa não ter o mínimo necessário para sanar as necessidades nutricionais.

Soares e Sátyro (2009) esclarecem que, apesar da ausência de regra de indexação formal, os benefícios do Bolsa Família, quando corrigidos, o foram de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)¹⁷, do IBGE. No entanto, para Tronco e Ramos (2017):

As atualizações esporádicas do Bolsa Família não têm referência exata em nenhum indicador, sendo, ao que indica seu desenho, influenciadas pela disponibilidade orçamentária do governo. Desse modo, a utilização do Bolsa Família como referência para a linha de pobreza se mostra problemática, pois se está fazendo o contrário do que seria recomendável: em vez de definir o orçamento de um programa de acordo com o cálculo do público-alvo, informado por linhas de pobreza confiáveis, o governo federal atualiza suas linhas de pobreza de acordo com a disponibilidade do orçamento do Bolsa Família (p. 302).

Uma característica importante dessas duas linhas (pobreza e extrema pobreza) é que elas são aplicadas, sem alterações, em todas as regiões do Brasil, e por isso não levam em consideração as diferenças existentes na pobreza entre zonas rurais e urbanas, regiões metropolitanas e não metropolitanas. Por exemplo, a linha de extrema pobreza de Rocha, para 2011, gira em torno de R\$ 70,00, mas as linhas de todas as regiões metropolitanas eram superiores a esse valor (Tronco e Ramos, 2017).

Além da questão da correção das linhas e do fato desta não respeitar as variações de custo de vida das regiões, há também a questão da linha ser familiar *per capita*.

Quando se trata de utilizar a renda como *proxy* do nível e da distribuição de bem-estar, a família é a unidade estatística relevante. Desde que se considerem também as famílias unipessoais, a adoção de família como unidade estatística possibilidade ser o mais abrangente possível em relação à população como um todo e levar em conta a estratégia de sobrevivência normalmente adotada pelas pessoas: recorrer aos indivíduos que tem rendimentos para o atendimento das necessidades daqueles sem rendimento na família. (Rocha, 2011). No entanto,

A utilização da renda domiciliar per capita nas análises de distribuição de renda e pobreza contraria as ideias geralmente aceitas de que uma criança custa menos do que um adulto e de que duas pessoas morando juntas podem viver com menos recursos do que duas pessoas separadas a um mesmo nível de bem-estar. Uma forma de incorporar estes fatores pode ser feita com a utilização de um índice que converte as rendas nominais de famílias de diferentes composições demográficas em uma medida comparável de bem-estar. Este índice é chamado de escala de equivalência e pode ser interpretado como o custo relativo necessário para igualar o bem estar de um domicílio com um dado tamanho e composição demográfica em relação a um domicílio de comparação (Vaz e Vaz, 2007, p.2).

¹⁷O índice mede a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias de baixa renda, com remuneração mensal de um a cinco salários mínimos, abrangendo treze regiões metropolitanas do Brasil.

Assim, a linha administrativa do PBF encontra críticos em relação a seu valor único (não leva em consideração as diferenças de custo de vida regionais) e nem a composição familiar (não possui nenhuma forma de escala de equivalência). Mesmo assim, ‘as linhas de pobreza administrativas são a melhor fonte para uma linha de pobreza extrema, por resultarem de um processo político que, idealmente, levou em consideração diferentes percepções e juízos sobre a pobreza, além das limitações orçamentárias’ (Osório et al., 2011). Considerando essas limitações e aspectos positivos, a linha de pobreza utilizada neste trabalho será a linha do PBF, visto que é a principal linha administrativa de extrema pobreza do país, e também visto que os dados utilizados serão os do Cadastro Único, cujo principal programa vinculado é o PBF.

A próxima seção apresenta os estudos sobre os principais determinantes da saída da extrema pobreza.

Saída da Pobreza no Brasil – Estudos sobre os principais determinantes

A literatura sobre pobreza no Brasil é vasta. Alguns estudos focam na relação entre pobreza e desigualdade (ver Barros et al 2000 e 2001). Outros estudos que focam na efetividade ao combate da pobreza das políticas de transferência de renda, tais como Bolsa-Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) (ver Soares e Sátyro, 2009). Finalmente, existem estudos que focam nos determinantes da saída da pobreza entre grupos de pessoas que eram pobres num período e deixaram de sê-lo em algum outro.

Quanto à saída da pobreza, identificou-se três grandes grupos de fatores, presentes na literatura, que explicam a saída da pobreza:

- O primeiro fator refere-se as características do local onde a família reside. Ou seja, tais teorias associam crescimento econômico (medida através do PIB per capita), taxa de desigualdade, etc., para explicar a taxa de pobreza.
- O segundo grupo refere-se à composição familiar. Assim, associam a saída da pobreza à razão de dependência da família (percentual de adultos em relação aos outros membros), à quantidade de crianças e ao ciclo de vida da família.
- Por último, há teorias que associam a pobreza a características do indivíduo, tais como baixa escolaridade e trabalhou ou não trabalho, ou ao mercado de trabalho.

De uma forma geral, estas teorias dividem a pobreza numa relação dicotômica onde ou a família é responsável pela situação em que se encontra ou a responsabilidade de pobreza é do todo social.

Parece haver (ou ter havido) consenso na literatura de que há uma relação direta entre crescimento econômico e redução da pobreza. Reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento econômico ou o declínio no grau de desigualdade. Este fato é, certamente, uma das principais razões pelas quais os objetivos das políticas públicas centram-se na busca do crescimento e da igualdade (Barros e Mendonça, 1997).

Quanto a relação entre pobreza e crescimento econômico, Barros e Mendonça encontram (1997) que:

o impacto sobre o grau de pobreza de um crescimento contínuo de 3% a.a. durante uma década seria uma redução de oito pontos percentuais na pobreza — de 35% para 27%. Caso o crescimento fosse de apenas 2%, a redução seria de cinco pontos percentuais, ao passo que um crescimento contínuo de 5% a.a. levaria, em uma década, a uma redução de 13 pontos percentuais no grau de pobreza (p. 1).

Kraay (apud Barreto, 2005, p. 6) deu uma importante contribuição nessa direção. Ele decompôs para uma amostra de países em desenvolvimento durante os anos 80 e 90 a pobreza em três componentes: uma alta taxa de crescimento; uma alta sensibilidade da pobreza para o crescimento; e um padrão de crescimento que reduz a pobreza. Seus resultados sugerem que no médio e longo prazo muitas das variações na pobreza podem ser atribuídas a mudanças na renda média sugerindo que políticas e instituições que promovam o crescimento de forma ampla seriam fundamentais para o bem-estar dos mais pobres.

No entanto, Ravallion (apud Barreto, 2005, p. 6) apresenta um modelo empírico que procura estimar a relação entre elasticidades renda-pobreza e renda-desigualdade inicial. As estimativas sugerem que 1% de acréscimo no nível de renda levaria a uma redução na pobreza de 4,3%, para países de baixa desigualdade ou 0,6% para países de alta desigualdade. Neste sentido, ele conclui que crescimento terá pouco efeito sobre a pobreza, a menos que ele traga consigo uma queda na desigualdade.

Por último, a literatura vem evoluindo no sentido de não creditar a redução da pobreza apenas ao crescimento econômico. No final do século XX ficou evidente que questões relacionadas a desigualdades sociais e pobreza não estavam sendo equacionadas como frutos do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres. A preocupação com a pobreza ganhou, a partir de então, centralidade nas pautas de governos nacionais e nos debates acadêmicos e sociais (Codes, 2008, p.7).

Mesmo assim, em relação à redução da pobreza brasileira que de fato aconteceu, segundo dados do Banco Mundial (2017), esta pode ser creditada 52,7% ao crescimento (se se utilizada uma linha de pobreza de (US\$ 1,90), e 59,2% se é utilizada a linha de US\$ 5,50. Ou seja, o crescimento parece ser mais eficiente para reduzir a pobreza dos ‘menos pobres’ entre os pobres.

Quanto ao grupo de determinantes ligados à estrutura familiar e às pessoas da família, há as teorias da razão de dependência e do capital humano.

Barros e Mendonça (1995), analisam a relação da razão de dependência e do grau de utilização dos adultos da família na pobreza. Assim, verificam se a pobreza deve-se ao fato de que trabalhadores de baixa renda tendem a ter um número elevado de filhos (alta razão de dependência) e também se esta pode ser explicada, em parte, por uma baixa taxa de utilização, no mercado de trabalho, dos adultos da família (grau de utilização dos adultos).

Os autores encontram que: ‘não existe uma relação significativa entre razão de dependência e capacidade de renda da família, isto é, não é verdade que adultos com baixa renda têm um número maior de filhos’ (p. 24), que ‘o grau de utilização dos adultos da família ao invés de ser um fator explicativo da pobreza é, na verdade, um fator compensatório que tende a reduzir o grau de pobreza na medida em que famílias com chefes com baixa renda procuram reduzir seu grau de pobreza usando mais intensivamente os demais adultos no mercado de trabalho’ (p. 20) mas que no entanto, ‘é possível que o aumento da utilização de membros adultos seja uma importante causa da redução da pobreza ao longo do tempo (p. 24).

Partindo de uma análise com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 2002 a 2007, Machado e Ribas (2008) concluem que “as características familiares que reduzem a probabilidade de permanecer na pobreza são a formação estendida, a maior proporção de pessoas em idade ativa, e a presença de adultos com um maior nível de formação educacional. (Machado, Ribas, 2008, p. 20). Mas, a presença de idoso é fator que influi mais do que qualquer um dos fatores apontados acima. “Ou seja, as aposentadorias e pensões dos idosos nestas famílias certamente contribuem para redução no hiato de renda, facilitando a saída da pobreza quando outro membro consegue uma remuneração adicional” (Machado e Ribas, 2008, p. 22).

Já Gonçalves (2014), valendo-se da tipologia proposta por Hulmes e Sheperd de pobreza crônica e transitória, analisa a dinâmica da pobreza nas regiões metropolitanas. Partindo de dados da PME de 2002 a 2012, a autora encontra que as famílias mais pobres da análise são caracterizadas, de uma forma geral “pela maior participação de crianças, pela

maior participação de mulheres como chefes, de baixa escolaridade e menor participação na margem extensiva e intensiva do mercado de trabalho” (p. 12).

Balassiano et al (2005) encontram efeito positivo na relação entre escolaridade e salário, mas o efeito é significativo apenas para quem tenha maior escolaridade (a partir do segundo grau). Além disso, na relação entre escolaridade e empregabilidade, os autores não encontram impactos muito significativos entre as taxas de empregabilidade para os diferentes graus de escolaridade. Em relação a esse último ponto, no entanto, Barros e Mendonça (2005) pontuam que a pobreza no Brasil está relacionada, não somente à empregabilidade dos indivíduos, mas a qualidade da mão-de-obra, e também à qualidade de emprego que os membros têm acesso.

Dessa forma, pode-se inferir que os estudos atuais sobre a pobreza no Brasil relacionam a quantidade de crianças, quantidade de adultos trabalhando e a qualidade dessa mão de obra, além da disponibilidade de empregos decentes, quantidade de idosos e também à região de residência da família como determinantes de saída da pobreza.

O próximo capítulo apresenta a base de dados utilizada na análise (Cadastro Único), bem como as variáveis utilizadas e a manipulação realizada nestas variáveis.

3 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

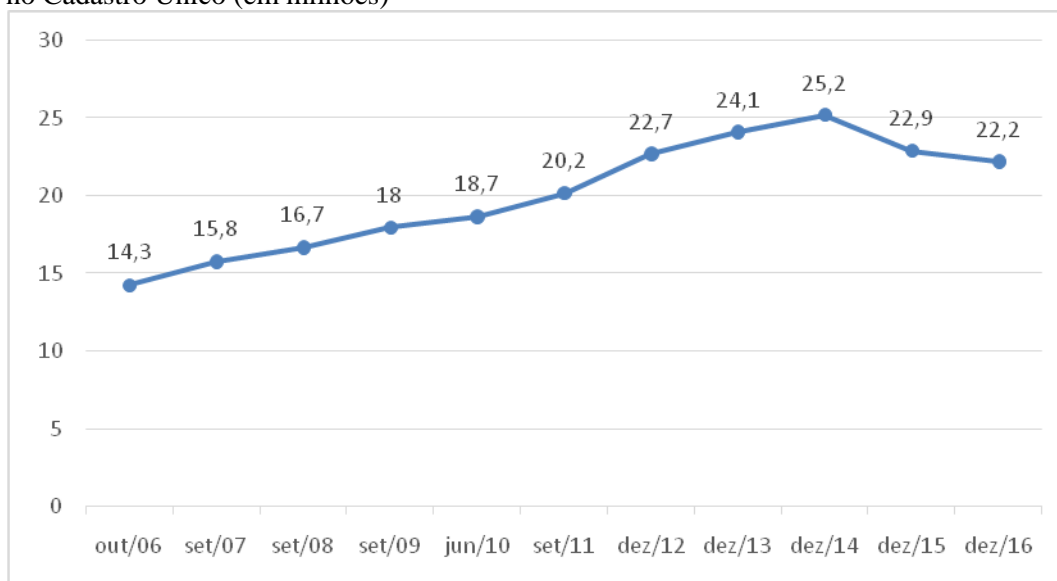
O Cadastro Único foi criado em 2007 através do Decreto 6.135, com a finalidade de ser um ‘instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público’. A sua consolidação começou a se concretizar com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda condicionada existentes na época. A partir desse momento, o Cadastro Único fortaleceu-se, o número de famílias cadastradas foi ampliado e as informações ganharam mais qualidade (WWP, 2016). Nas palavras de Paiva, Falcão e Bartholo (2013):

A relação entre o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e o Bolsa Família é, previsivelmente, simbiótica. O CadÚnico registra informações de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e, portanto, abrange um público significativamente maior que aquele do programa. O Cadastro deve, por princípio, ser o registro administrativo no qual se baseia uma gama de políticas sociais e, neste sentido, pode e deve ser entendido como algo maior do que o Bolsa Família. Ao mesmo tempo, entretanto, sabe-se que o esforço para a construção de um registro administrativo do porte do CadÚnico só seria viabilizado se houvesse um forte programa usuário. Este programa foi o Bolsa Família. (p. 30).

Assim, se inicialmente o Cadastro precisou do ‘patrocínio’ de um programa ‘forte’ para nascer, aos poucos, foram agregados outros programas federais, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a Tarifa Social de Energia Elétrica, a isenção da taxa para realização de concursos públicos etc. (Direito et al., 2016). A partir do BSM, em 2011, o número de programas se multiplicou. Mesmo assim, a importância do PBF é indiscutível, visto que cerca de 70% das famílias com o perfil de cadastro são beneficiárias do referido programa.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do número de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, cadastradas de 2006 até 2016. A evolução e pico do número de famílias cadastradas pode ser explicada pelas concretizações das estratégias de busca ativa, (ações de iniciativa da gestão municipal para localizar e incluir no Cadastro famílias pobres que ainda não estavam cadastradas), no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. No período de dezembro de 2011 a janeiro de 2016 foram incluídas mais de 7 milhões de novas famílias (Direito et al., 2016). Atualmente, o Cadastro abrange cerca de 22,2 milhões de famílias.

Gráfico 2 – Evolução do número de famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo no Cadastro Único (em milhões)



Fonte: Camargo et al. (2013) até 2011 e elaboração própria a partir de dados do Cadastro Único, após.

As famílias constantes do Cadastro Único são categorizadas em níveis de vulnerabilidade social de acordo com sua renda *per capita*¹⁸, através de linhas de pobreza. Estas são definidas por decreto e não possuem uma atualização inflacionária obrigatória. A linha de extrema pobreza do programa é uma linha administrativa e não utiliza o método calórico, considerando como extremamente pobres, não aqueles que não possuem o suficiente para se nutrirem adequadamente, mas ‘os mais pobres dentre os pobres’. Já a linha de pobreza é sempre o dobro da linha de extrema pobreza.

O público alvo do Cadastro são as famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* ou três salários mínimos totais, mas famílias em outras faixas de renda podem inscrever-se, desde que vinculadas a algum programa social que utilize o Cadastro Único para seleção de beneficiários¹⁹ (Brasil, 2004). Dessa forma, o Cadastro abrange famílias com características bastante distintas entre si, não só no que concerne ao nível de pobreza (pobreza crônica ou transitória), mas também em relação às variáveis socioeconômicas (grau de instrução, presença de deficientes, número de filhos, localidade de residência, etc).

¹⁸Para mais detalhes sobre o cálculo da renda familiar per capita no Cadastro Único, consulte:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe275_Nova%20versaoV7_renda_per_capita.pdf

¹⁹ Os principais programas federais que utilizam o Cadastro Único para seleção de beneficiários são: Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda, Telefone Popular, Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos, Programa Cisternas, Água para Todos, Bolsa Verde, Bolsa Estiagem, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Crédito Instalação, Carta Social, Serviços Assistenciais, Programa Brasil Alfabetizado, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Identidade Jovem (ID Jovem), ENEM. Maiores informações a respeito desses programas podem ser obtidas no *site* do MDS.

No que tange à consistência das informações cadastrais e correto direcionamento das políticas sociais para as famílias de baixa renda, cumpre ressaltar que as informações do Cadastro Único são auto-declaratórias. Apesar disso, estudo realizado por Soares et al. (2006) mostram a eficácia da focalização do PBF, uma vez que o Bolsa Família é a fonte de renda mais progressiva encontrada no Brasil: 80% da transferência vão para os 23% mais pobres, e que o PBF estaria entre os dez programas de melhor desempenho na seleção de beneficiários, dentre 122 programas analisados (Soares et al., 2007). Além disso, a Pesquisa de Qualidade do Cadastro, desenhada pela Sagi/MDS e executada por uma empresa terceirizada no período de 2014 a 2017, encontrou grande aderência para boa parte das variáveis entre a informação que as famílias selecionadas pela pesquisa davam para a empresa e a informação que estava no Cadastro. As variáveis de renda, no entanto, eram diferentes, mas isso pode ser explicado pela volatilidade de renda das famílias mais vulneráveis e pela diferença de tempo entre a informação prestada pelas famílias ao Cadastro e a entrevista pela empresa terceirizada (Brasil, 2017c).

Adicionalmente à auto-declaração, o Cadastro Único, por ser um registro administrativo com finalidades estatísticas, sofre de todas as características inerentes aos registros administrativos. O Cadastro Único é, antes de tudo, um registro administrativo de informações sociais das famílias de baixa renda cuja finalidade é a seleção de beneficiários para políticas sociais. Adicionalmente, o Cadastro também possui fins estatísticos e é bastante utilizado em estudos e pesquisas das comunidades acadêmicas.

Os registros administrativos têm apresentado uma tendência de melhoria na qualidade das informações pela própria evolução na área de Sistemas de Informações, que tem como consequência o fortalecimento dos registros e melhor aproveitamento destes dentro das instituições. A expansão da utilização dos registros administrativos, englobam desde a formulação de políticas públicas até a avaliação da qualidade dos censos populacionais. Para Ferreira (2008):

No Brasil, em muitos casos, em função de pressões da própria comunidade acadêmica e, muitas vezes, dos próprios usuários das políticas públicas têm ocorrido uma série de melhorias no gerenciamento de alguns registros que também possuem fins estatísticos. São exemplos, os (...) registros do Ministério do Desenvolvimento Social, especialmente cadastros de programas como o “Bolsa Família” (...). Em todos esses casos têm-se observado uma melhoria contínua da qualidade das informações (p. 85).

O uso de registros administrativos traz as vantagens de economia de tempo e recursos, além da possibilidade de realizar análises longitudinais. Porém, uma pesquisa com registros administrativos deve ter seu resultado tomado com cautela, visto que suas informações podem

ter algum grau de distorção da realidade. Os registros podem apresentar tendenciosidades nas respostas caso as perguntas não sejam realizadas de forma clara ou caso os respondentes omitam informações.

De acordo com Ferreira (2008), a tendenciosidade pode ser um problema particular no caso dos registros administrativos brasileiros uma vez que ‘que comumente se tem observado que a tarefa de obtenção e orientação no preenchimento de documentos e formulários tem sido delegada a funcionários pouco qualificados ou a estagiários que pouco conhecimento tem da organização’. Problemas de adequação temporal, o que significa que o pesquisador deve trabalhar com as referências temporais disponíveis, e de adequação de informações, ou seja, o pesquisador deve trabalhar com as informações disponíveis, que podem não ser as ideais, também são questões que devem ser levadas em contas ao se utilizar registros administrativos.

Quanto à possibilidade de subdeclaração de renda do Cadastro, inicialmente foi pensado em utilizar algum método para tentar retirar da análise as famílias que não declararam sua renda real, e, portanto, não eram extremamente pobres. O preditor de renda, um modelo matemático criado para verificar a probabilidade de uma família não ter a renda que ela afirma ter, calculado pelo Ipea, poderia prestar esse serviço, ao calcular a probabilidade de uma família não estar na pobreza. No entanto, ao testar a eficácia do instrumento com algumas famílias do Cadastro, notou-se que apenas 25% destas poderiam ter o PBF cancelado por incompatibilidade de renda de acordo com os critérios do programa. Já as checagens da renda com outros registros administrativos permitem um cancelamento de até 60% dos benefícios (Mostafa, 2016). Por conta disso, essa possibilidade foi descartada e considerou-se que os mecanismos e processos de qualificação de consistência das informações cadastrais do órgão gestor da base já comprimiriam a função, de forma satisfatória, de qualificar os dados cadastrais, ressalvadas as distorções e problemas inerentes aos registros administrativos, de uma forma geral. Esses processos são explicados em seguida.

A atualização das informações do Cadastro Único é uma atividade contínua realizada pelos municípios com o objetivo de assegurar a unicidade, completude, atualidade e a fidedignidade dos dados cadastrais e deve ser feita sempre que as famílias comparecerem ao setor responsável pelo Bolsa Família/Cadastro Único no município para comunicar alguma mudança em sua situação ou, se as informações se mantiverem inalteradas, em até dois anos da data da última atualização, caso em que o município deverá realizar a ‘revalidação cadastral’, que constitui a confirmação das informações específicas em relação a todas as pessoas da família (Brasil, 2011).

Além dessa ação permanente, há dois processos específicos que ocorrem todos os anos e que convocam grupos de famílias para atualizarem as informações cadastrais: a Revisão Cadastral e a Averiguação Cadastral. Esses processos qualificam os beneficiários dos programas vinculados ao Cadastro Único através da qualificação das informações cadastrais.

A Revisão Cadastral é a ação realizada pelo Programa Bolsa Família, para saber se as famílias beneficiárias, com cadastros sem atualização há mais de dois anos, continuam atendendo às regras para recebimento dos benefícios. A ação consiste em chamar todas as famílias beneficiárias, com cadastros atualizados pela última vez há mais de dois anos, para que atualizem suas informações. As famílias participantes da ação que não comparem à gestão municipal para atualizar seus dados é desligada do programa.

Quanto a esse desligamento por não atualização cadastral no âmbito do processo de Revisão Cadastral, houve uma análise do processo, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para verificar se as famílias que não conseguiam atualizar seus cadastros eram justamente as mais vulneráveis. A pesquisa²⁰, que utilizou dados da Revisão Cadastral de 2010 encontrou que ‘apenas 4,4% do público inicial da Revisão Cadastral de 2010 apresentam indícios de que podem ter tido seus benefícios cancelados por razões ligadas à vulnerabilidade social da própria família’ (UFMG, 2014).

A Averiguação Cadastral, processo de qualificação dos dados através de comparações de informações com outras bases de dados, vem sendo realizado pela Senarc/MDS desde 2005²¹. Essas verificações ocorrem por meio de batimentos com outros registros administrativos do governo federal, ou ainda por meio da comparação com variáveis de pesquisas, cadastros e censos do IBGE. São utilizadas fontes variadas como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Sistema de Controle de Óbitos (SISOBI) e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Brasil, 2016b).

Cumprido dizer que tanto os processos de Revisão Cadastral quanto os processos de Averiguação Cadastral terminam para a família assim que estas atualizem seus cadastros. Não é exigido que a família altere algum campo específico, visto ser entendimento da Senarc/MDS de que

²⁰ Das 1.152.035 famílias beneficiárias do PBF que estavam no processo de Revisão Cadastral de 2010, 39% não atualizaram o Cadastro no prazo. Destas, 61% tiveram seus benefícios cancelados e destas, 47% alegaram os motivos de não irem atualizar por desinformação ou outros motivos (saúde, deslocamento, etc), o que poderia indicar a não atualização por vulnerabilidade social.

²¹ Para um histórico das mudanças e melhorias ocorridas nos processos de averiguações cadastrais, ver o ANEXO I – Histórico das Averiguações Cadastrais da Instrução Operacional nº 79 /SENARC/MDS.

As inconsistências do público inicial das averiguações cadastrais não podem ser tomadas como indício de fraude. Isso porque as comparações feitas consideram bases de dados com datas de coleta diferentes (...). Na medida em que os registros administrativos são imperfeitos e desatualizados frente à situação socioeconômica atual das famílias, a atualização dos dados pela família, em nova entrevista com as equipes municipais, resolve a inconsistência para fins cadastrais (Brasil, 2016b, p. 20).

Total de registros das bases do Cadastro Único utilizadas na análise

Em 2012, havia 7,8 milhões de famílias em extrema pobreza no Cadastro Único, com seus cadastrados atualizados²² e que eram também beneficiárias do PBF²³. A escolha por utilizar apenas famílias PBF no momento inicial justifica-se pela expectativa de que essas informações são mais bem qualificadas. Além disso, é de se esperar que quase a totalidade de famílias extremamente pobres sejam beneficiárias do referido programa²⁴.

Em 2016, dessas 7,8 milhões de famílias, 7,3 foram encontradas no Cadastro Único. Isso significa que houve uma perda de 470,8 mil famílias que tiveram seus cadastros excluídos²⁵. Dessas 7,3 milhões de famílias encontradas em 2016, 5,9 milhões encontrava-se com o cadastro atualizado. Assim, das 7,8 milhões de famílias de 2012 utilizou-se para a análise apenas as 5,9 milhões que estavam cadastradas e atualizadas em 2016, o que significa uma perda cadastral de 23,3% dos registros (Tabela 3).

Tabela 3 - Famílias em extrema pobreza, com informações atualizadas e PBF em 2012 e sua situação em 2016.

Situação do Registro	Total de Famílias	Perda de Famílias
Base 2012	7.795.968	470.763
Encontradas em 2016	7.325.205	1.346.190
Encontradas em 2016 e atualizadas	5.979.015	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

²² Ou seja, as famílias que realizaram a última atualização a partir de 13/12/2010 e que informaram renda per capita de até R\$ 70,00.

²³ Considerando apenas famílias PBF, o total era de 13,7 milhões, ou seja, do total de famílias PBF, 75,2% encontram-se em extrema pobreza.

²⁴ Em novembro de 2017, das 12,4 milhões de famílias extremamente pobres encontradas no Cadastro Único, 11,08 eram beneficiárias do PBF (89%).

²⁵ Um cadastro excluído pode significar desde desinteresse da família em atualizar seus dados, erro de cadastramento, óbito de todos os membros da família até dificuldade da família em acesso a gestão municipal para atualizar suas informações. No entanto, essa última situação não parece ser muito representativa, na medida em que estudo realizado pela UFMG (2014) com dados de beneficiários do PBF que não foram atualizar suas informações para continuar recebendo o benefício, apresentou um percentual muito pequeno de beneficiários que não atualizaram por dificuldade em alcançar a gestão municipal. Dessa forma, pode-se considerar que as famílias que estão com o Cadastro ou excluído ou desatualizado, em grande parte das vezes, superaram a extrema pobreza.

Quanto a esses 5,9 milhões de famílias, analisou-se a evolução econômica delas em 2016. A Tabela 4 apresenta estes dados. A categorização é feita separando-se as famílias com crianças e sem crianças, por dois motivos: as famílias com crianças podem, ao superar a extrema pobreza e ingressar na pobreza, continuar recebendo outros benefícios do PBF²⁶. Além disso, para evidenciar a diferença em percentual, de superação da pobreza desses dois grupos e mostrar o que as crianças representam para estas famílias. Cumpre ressaltar, inicialmente, que a extrema pobreza é um fenômeno que atinge mais famílias com crianças (das 5,9 milhões de famílias em extrema pobreza, 87% eram famílias com crianças).

Tabela 4 - Famílias extremamente pobres em 2012 e sua situação econômica em 2016

Extrema Pobreza 2016\Extrema Pobreza 2012	Extrema Pobreza sem filhos		Extrema Pobreza com filhos		Total Extrema Pobreza	
	N	C%	N	C%	N	C%
Extrema Pobreza sem filhos	418.499	53,1%	329.372	5,1%	747.871	12,5%
Extrema Pobreza com filhos	88.500	10,6%	3.302.951	64,7%	3.391.451	56,7%
Subtotal	506.999	63,7%	3.632.323	69,8%	4.139.322	69,2%
Pobreza sem filhos	48.756	6,3%	64.674	1,0%	113.430	1,9%
Pobreza com filhos	9.589	1,3%	686.828	13,6%	696.417	11,6%
Vulnerabilidade sem filhos	107.412	14,9%	121.455	2,0%	228.867	3,8%
Vulnerabilidade com filhos	14.025	2,0%	611.875	12,2%	625.900	10,5%
Acima de meio sem filhos	84.806	11,7%	43.503	,5%	128.309	2,1%
Acima de meio com filhos	1.504	,2%	45.266	,9%	46.770	0,8%
Total	773.091	100,0%	5.205.924	100,0%	5.979.015	100,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

69,2 % das famílias em extrema pobreza em 2012 continuavam na mesma situação em 2016, e 30,8% superaram a extrema pobreza. Uma diferença bastante significativa da evolução entre as famílias com e sem filhos, é que entre as famílias sem filhos, 11,9% alcançaram renda *per capita* acima de meio salário mínimo per capita no momento final, e, das famílias com filhos, apenas 1,4% das famílias alcançaram tal patamar. Apesar de que os filhos reduzem a renda *per capita* aumentando o numerador da divisão, mesmo assim essa diferença é digna de atenção.

É importante ressaltar que, apesar de que cerca de 31% das famílias superaram a extrema pobreza no período, e que, destas, menos de 3% do total alcançam renda acima de meio salário mínimo per capita, essa análise considera apenas as famílias que foram encontradas nos dois períodos de tempo (2012 e 2016) e que estavam com o cadastro atualizado no último período. Se é considerado o total de registros da base inicial (7,8 milhões), então 53,1% das famílias continuam na extrema pobreza. Nessa situação, se é considerado que as famílias que não atualizaram seu cadastro e também as famílias com

²⁶ Os benefícios para as famílias extremamente pobres são para toda as famílias, já os benefícios para as famílias pobres são apenas para as que possuem membros abaixo de 18 anos na sua composição.

cadastros excluídos, superaram, em sua maioria a extrema pobreza (por não terem mais interesse em atualizar seus cadastros), então nesse cenário aproximadamente 57% das famílias superaram a extrema pobreza no período. A Tabela 5 apresenta estes dados.

Tabela 5- Famílias extremamente pobres em 2012 e sua situação cadastral e econômica em 2016

Classificação	Total	% Atualizados	% Total
Atualizados e Continuam Extrema Pobreza	4.139.322	69,2%	53,1%
Atualizados e Pobres	809.847	13,5%	10,4%
Atualizados e Vulneráveis	854.767	14,3%	11,0%
Atualizados e Acima de 1/2 S.M.	175.079	2,9%	2,2%
Subtotal Atualizados	5.979.015	100%	-
Excluídos	470.763	-	6,0%
Desatualizados	1.346.190	-	17,3%
Total Registros	7.795.968	-	100,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

A Tabela 6 apresenta o total de registros utilizados nas próximas seções deste capítulo. As 5,9 milhões de famílias se traduzem em 22.093.018 pessoas em 2012. O total de pessoas em 2016 é um pouco diferente porque, apesar das famílias acompanhadas serem as mesmas, houve saídas e entradas de membros dessas famílias no decorrer desse período. Quando se considera apenas os adultos (com idade entre 18 e 64 anos, em 2012), tem-se 10.558.746. O total de adultos de 2012 será utilizado para algumas análises, como por exemplo, a escolaridade, sexo e raça e cor.

Tabela 6 – Total de registros utilizados na seção de análise dos indivíduos em extrema pobreza.

Região	Total Famílias 2012 e 2016	Total Pessoas 2012	Total Pessoas 2016	Total Adultos 2012
Nordeste	3.580.691	12.943.218	12.495.829	6.501.209
Norte	737.458	3.079.966	3.075.453	1.327.061
Sudeste	1.101.869	4.007.262	3.981.614	1.808.076
Sul	311.191	1.140.634	1.115.916	519.348
Centro-Oeste	247.806	921.938	936.904	403.052
Total	5.979.015	22.093.018	21.605.716	10.558.746

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Com relação à inclusão e exclusão de membros, em 2012, das 22.093.018 pessoas, 3.010.133 não foram encontradas em 2016 (ou seja, 14% das pessoas foram excluídas). Em compensação 2.522.831 pessoas que não estavam na base em 2012 foram incluídas nestas famílias, em 2016 (12% das pessoas de 2016).

A próxima seção apresenta as variáveis do Cadastro Único utilizadas na análise, os conceitos e as manipulações e agrupamentos que foram realizados para se chegar nas variáveis utilizadas na análise.

Variáveis utilizadas: variáveis do Cadastro Único, variáveis criadas e variáveis derivadas.

O Cadastro Único contém 145 variáveis coletadas através de formulário próprio e contém informações relativas à identificação e caracterização do domicílio, identificação e documentação civil de cada membro da família e escolaridade, participação no mercado de trabalho e rendimento. As informações de cada família devem ser atualizadas em até dois anos.

A escolha das variáveis foi determinada primeiramente pelo seu grau de aderência aos conceitos que a revisão bibliográfica apontou como fatores mais importantes para a saída da pobreza. Em segundo lugar, considerou-se também as limitações das informações disponíveis na base de dados utilizada e no grau de facilidade de acesso às informações, caso estivesse em outra base. Por último, considerou-se também a clareza de interpretação e pressupostos da técnica econométrica utilizada (regressão logística), de modo que, quando duas variáveis eram importantes, mas o significado delas eram parecidos e não possuíam limites definidos, optou-se por utilizar apenas uma, causando algum grau de perda de informação na análise, mas ganhando em clareza e entendimento.

Para este trabalho as informações utilizadas para analisar a saída da extrema pobreza são separadas em três grupos, conforme as variáveis apontadas em revisão de literatura. O primeiro grupo é de informações a respeito da região onde a família/pessoa vive. O segundo grupo é de informações familiares e o terceiro grupo é de informações do indivíduo.

As variáveis regionais justificam-se visto que ‘em um país do tamanho continental, marcado por diferenças regionais tão acentuadas, tanto físicas, como produtivas e socioculturais, é compreensível que os indivíduos e famílias pobres apresentem características diversas, conforme a sua região e seu local de residência urbano ou rural’. Por exemplo, a pobreza rural nordestina é essencialmente típica de sociedades tradicionais que se situam à margem do crescimento urbano-industrial. Já em São Paulo, a pobreza está articulada, social e economicamente, ao funcionamento do centro dinâmico da economia nacional, pedindo ações de inclusão ao mercado de trabalho (Rocha, 2006).

As variáveis regionais analisadas neste trabalho são: região, localidade (urbano/rural), tamanho do município (porte populacional) e PIB *per capita* do município.

O conjunto das variáveis regionais é o único que apresenta duas variáveis que não foram extraídas do Cadastro Único. O porte populacional é uma categorização realizada a partir da população estimada do município pelo IBGE para 2012, e o PIB *per capita*, é calculado pelo IBGE para 2014.

A região é calculada automaticamente pelo sistema do Cadastro Único a partir do município em que a família se cadastra e a localidade (urbano ou rural) é declarada pela família de acordo com a percepção desta em relação ao seu domicílio. Ou seja, a localidade do Cadastro difere conceitualmente da classificação do IBGE, pois trata-se de uma percepção do morador.

Quanto ao porte populacional, foi realizado um agrupamento de municípios de acordo com a população brasileira estimada de 2012, calculada pelo IBGE. A Tabela 7 apresenta essa categorização. Assim, 70% dos municípios tem até 20 mil habitantes (e 16,8% da população estimada) e 94,8% tem até 100 mil habitantes (e 44,5% da população estimada). Os 38 municípios com mais de 500 mil habitantes abrangem quase 30% da população.

Tabela 7– População brasileira em 2012 separada entre municípios de acordo com seu porte populacional

Categorização		Municípios		População		
Categoria	Faixa de População	Total	%	Média	Total	%
Pequeno Porte I	Até 20.000 habitantes	3.896	70,0%	8.365	32.591.778	16,8%
Pequeno Porte II	De 20.001 até 50.000 habitantes	1.054	18,9%	30.260	31.894.198	16,4%
Pequeno Porte III	De 50.001 até 100.000 habitantes	327	5,9%	69.100	22.595.760	11,6%
Médio Porte	De 100.000 até 500.000 habitantes	250	4,5%	200.561	50.140.167	25,8%
Grande Porte	Acima de 500.000 habitantes	38	,7%	1.493.543	56.754.627	29,3%
Total		5.565	100,0%	34.857	193.976.530	100,0%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IBGE de 2012.

Para demonstrar a riqueza da região foi utilizada a variável de PIB *per capita*. Essa variável é importante porque a pobreza está ligada com o desenvolvimento da região. Esta variável foi dividida em 4 categorias: os 25% de municípios com as menores taxas, os 50% de municípios, os 75% de municípios e os 25% municípios com as melhores taxas. Para 2014 esta classificação ficou da seguinte forma - primeira faixa: municípios com PIB de R\$ 0 até R\$ 5.108 *per capita*; segunda faixa: municípios com PIB de R\$ 5.108 até R\$ 9.250 *per capita*; terceira faixa: municípios com PIB de R\$ 9.250 até R\$ 15.133 *per capita*; e, quarta faixa: municípios com PIB acima de R\$ 15.133 *per capita*.

Quanto as variáveis familiares, foram consideradas principalmente o tipo de composição familiar e a quantidade e idade dos integrantes. Para o Cadastro Único, é necessário que as pessoas residam no mesmo domicílio e compartilhem renda e/ou dividam despesas para serem consideradas componentes de uma mesma família. Não é necessário que os integrantes tenham relações consanguíneas, isto é, que sejam parentes. Além disso, cada pessoa pode ser cadastrada em somente uma família (Brasil, 2017a).

As relações familiares foram calculadas em relação ao responsável familiar – RF da família. O responsável familiar é o membro maior de 16 anos e preferencialmente do sexo feminino que é o responsável por prestar as informações a respeito da família ao Cadastro Único. A Tabela 8 apresenta as pessoas do Cadastro de acordo com as possíveis relações de parentesco com o RF que o Cadastro permite informar. Além dos parentes, há uma categoria também para ‘outro parente’ e ‘não parente’. Ou seja, o conjunto de respostas possível é abrangente. No entanto, 96% dos graus de parentescos utilizados são RF, cônjuge e filhos. Se se considera netos, essa proporção sobe para 98%.

Tabela 8 – Relação de parentesco com o RF das pessoas extremamente pobres do Cadastro Único - 2012

Relação de parentesco com o RF	Pessoas	Percentual
1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar – RF	5.978.988	27,2%
2 - Cônjuge ou companheiro(a)	2.680.777	12,2%
3 - Filho(a)	12.558.057	57,0%
4 - Enteado(a)	49.232	0,2%
5 - Neto(a) ou bisneto(a)	464.703	2,1%
6 - Pai ou mãe	32.420	0,1%
7 - Sogro(a)	3.042	0,0%
8 - Irmão ou irmã	74.318	0,3%
9 - Genro ou nora	8.982	0,0%
10 - Outro parente	155.912	0,7%
11 - Não parente	14.576	0,1%
Total de registros preenchidos	22.021.007	-
Registros em branco	72.011	-
Total pessoas 2012	22.093.018	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

A partir das variáveis de parentesco é possível fazer um agrupamento familiar de acordo com a posição de cada membro em relação ao RF. Para este trabalho, o agrupamento de composição familiar segue a tipologia e método de confecção apresentada no Quadro 2.

Quadro 2:– Forma de agrupamento familiar de acordo com os vários graus de parentescos encontrados nas famílias do Cadastro

Tipologia	Descrição
Unipessoal	Famílias formadas apenas por um membro, que pode ser do sexo feminino ou masculino
Monoparental feminino	Famílias formadas apenas pelo RF do sexo feminino e filhos ou enteados
Monoparental masculino	Famílias formadas apenas pelo RF do sexo masculino e filhos ou enteados
Só casal	Famílias formadas apenas pelo RF e cônjuge
Casal com filhos	Famílias formadas pelo RF, cônjuge e filhos ou enteados
Biparental e outros parentes	Famílias formadas pelo RF, cônjuge, filhos ou enteados e outros parentes (neto, bisneto, pai, mãe, sogro, irmão, genro ou nora, ou outro parente)
Monoparental feminino e outros parentes	Famílias formadas pelo RF do sexo feminino, filhos ou enteados e outros parentes (neto, bisneto, pai, mãe, sogro, irmão, genro ou nora, ou outro parente)
Monoparental masculino e outros parentes	Famílias formadas pelo RF do sexo masculino, filhos ou enteados e outros parentes (neto, bisneto, pai, mãe, sogro, irmão, genro ou nora, ou outro parente)
Outros	Outras formas de composição familiar

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos ativos do indivíduo, verificou-se principalmente a faixa etária, vinculação ao mercado de trabalho e escolaridade, além das variáveis sociais de raça/cor e sexo.

O Cadastro Único não possui variável de idade. A construção da idade foi realizada a partir da diferença entre a data da base do Cadastro utilizada (dezembro de 2012 e dezembro de 2016) e a data de nascimento da pessoa. Para este trabalho, as categorizações descritas no

Quadro 3 serão utilizadas na seção de análise de dados.

Quadro 3: Denominação do membro de acordo com faixa etária

Tipologia	Descrição
Crianças	idade entre 0 a 15 anos
Criança 1	idade entre 0 a 6 anos
Criança 2	idade entre 7 a 15 anos
Adolescente	idade entre 16 e 17 anos
Jovem	idade entre 0 a 17 anos
Adulto	idade entre 18 a 64 anos
Idoso	idade acima de 64 anos

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à atividade produtiva, para o Cadastro, é considerado trabalho tanto o exercício de atividades remuneradas quanto o exercício de atividades não remuneradas. Além disso, caso o entrevistado tenha mais de um trabalho, deve ser considerado como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana. As atividades domésticas não são consideradas como trabalho. A informação da ocupação principal é sempre em relação à semana anterior a da entrevista e deve ser preenchida para as pessoas de 14 anos ou mais de idade. O

Quadro 4 sistematiza a descrição de cada resposta possível a pergunta de trabalho principal.

Quadro 4: Descrição das categorias de resposta da variável ‘Trabalho Principal’

Categoria	Descrição
Trabalhador por conta própria (“bico”, autônomo)	Para a pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado. São exemplos de trabalhador por conta própria taxistas, camelôs, manicures em domicílio. Também se encontram nesta categoria os trabalhadores eventuais, ou seja, aquelas pessoas que prestam serviço, em caráter esporádico, para exercer uma tarefa específica em/a uma ou mais empresas/pessoas (encanadores, eletricitistas, pedreiros);
Trabalhador temporário em área rural	Para a pessoa que trabalhava como empregado, tendo contrato temporário (verbal ou escrito) com um empregador, em empreendimento do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura e caça ou nos serviços auxiliares desse ramo.
Empregado sem carteira de trabalho assinada	Para a pessoa que trabalhava sem carteira assinada para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, remuneração em dinheiro. Considere neste quesito a pessoa que presta serviço militar obrigatório (conscrito);
Empregado com carteira de trabalho assinada	Para a pessoa que trabalhava com carteira assinada para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, remuneração em dinheiro;
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	Para a pessoa que prestava serviços domésticos remunerados de natureza contínua, em um ou mais domicílios, não tendo carteira de trabalho assinada em nenhum deles;
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	Para a pessoa que prestava serviços domésticos remunerados de natureza contínua, em um ou mais domicílios, tendo carteira de trabalho assinada em, pelo menos, um deles;
Trabalhador não remunerado	Para a pessoa que trabalhava sem remuneração, na produção de bens e serviços, ou em ajuda a morador do domicílio que trabalhe por conta própria ou que seja empregado;
Militar ou servidor público	Para a pessoa militar das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, etc.), ou que trabalhou em instituição, fundação ou autarquia do Poder Público. Considera-se, aqui, como servidor público aquele que se vincula profissionalmente com a Administração Pública, seja por meio de cargo ou emprego público, ou seja, tanto os estatutários (vinculados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos da esfera federal, estadual ou municipal), quanto os celetistas (os empregados públicos, que obedecem à Consolidação das Leis do Trabalho).
Empregador	Para a pessoa que trabalhou explorando o seu próprio empreendimento com, pelo menos, um empregado.
Estagiário	Para a pessoa que exerceu uma ocupação com ou sem remuneração, cumprindo estágio obrigatório ou voluntário, visando à habilitação para exercício de uma profissão. É permitido o estágio para pessoas com idade superior a 16 (dezesesseis) anos.
Aprendiz	Para a pessoa que exerceu uma ocupação com ou sem remuneração, por meio da qual aprendeu uma profissão ou ofício. A condição legal de aprendiz é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado. É permitida a condição de aprendiz para pessoas entre 14 (catorze) e 18 (dezoito) anos.

Fonte: Brasil, 2017a.

Com relação ao trabalho principal, além das 11 opções de resposta acima, para este trabalho foi incluída mais uma opção, atribuídas para as pessoas que não estavam trabalhando ou que não deveriam preencher o campo (menores de 14 anos). A Tabela 9 apresenta a frequência destas respostas dadas pelos adultos das famílias em extrema pobreza em 2012.

Tabela 9 – Trabalho Principal em 2012 das pessoas adultas em famílias extremamente pobres

Categoria	Pessoas	Percentual
Desempregado	7.057.225	66,8%
Trabalhador por Conta Própria	1.823.146	17,3%
Trabalhador Temporário em Área Rural	1.128.126	10,7%
Empregado sem CTPS assinada	138.691	1,3%
Empregado com CTPS assinada	136.295	1,3%
Trabalhador Doméstico sem CTPS	106.540	1,0%
Trabalhador Doméstico com CTPS	8.597	0,1%
Trabalhador não-remunerado	149.941	1,4%
Servidor Público ou Militar	6.279	0,1%
Empregador	527	0,0%
Estagiário	2.015	0,0%
Aprendiz	1.364	0,0%
Total	10.558.746	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Como se pode ver, apenas duas categorias de trabalho possuem mais de 5% de resposta: trabalhador por conta própria (17,3%) e trabalhador temporário em área rural (10,7%). Apesar de ser discutível a denominação de trabalho para atividades não remuneradas, como o Cadastro considera, observa-se que menos de 1,5% das pessoas adultas assinalaram esta opção. Por fim, cerca de 66,8% dos adultos estão desempregados²⁷. Considerando a ampla gama de opções de resposta à pergunta de trabalho, e também que grande parte destas opções engloba relativamente poucas pessoas, para este trabalho, estas variáveis foram categorizadas em uma nova variável resumida com quatro respostas. O Quadro 5 apresenta esta categorização de acordo com a vulnerabilidade do vínculo:

²⁷ O termo ‘desempregado’ foi utilizado para todas as pessoas que não estavam trabalhando, mas na verdade essas pessoas podem ou estar desempregadas ou estar fora da força de trabalho. No entanto, o Cadastro não permite realizar essa distinção.

Quadro 5: Tipologia de vínculos empregatícios a partir das respostas de trabalho principal informadas no Cadastro Único

Formal	Empregado sem CTPS	Informal
Servidor Público ou Militar	Aprendiz	Trabalhador por conta própria
Empregado com CTPS Assinada	Estagiário	Trabalhador temporário em área rural
Trabalhador Doméstico com CTPS	Empregado sem CTPS assinada	Trabalhador não-remunerado
Empregador	Trabalhador doméstico sem CTPS	

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, a informação pessoal de trabalho pode não ser muito adequada quando o objetivo é realizar uma análise da vinculação das famílias ao mercado de trabalho. A análise por família é importante visto que a variável que delimita a pobreza, para o Cadastro Único, é a renda familiar *per capita*. Por exemplo, nas composições familiares ‘casal’ e ‘casal com filhos’, se um dos cônjuges está vinculado ao mercado de trabalho e o outro cuida das atividades domésticas, a vulnerabilidade desta família pode ser bem diferente do caso de uma família ‘monoparental feminina’ na qual a responsável familiar (única adulta) não esteja trabalhando. Dessa forma, realizou-se um agrupamento das pessoas trabalhando em famílias com membros vinculados ao mercado de trabalho. Para isso, considerou-se, a informação do membro vinculado ao mercado de trabalho para representar a família. Caso houvesse mais de um membro, considerou-se o membro com vinculação menos vulnerável. A hierarquização dos vínculos foi realizada da seguinte forma: 1) Servidor Público ou militar, 2) Empregado com CTPS, 3) Doméstico com CTPS, 4) Empregador, 5) Aprendiz, 6) Estagiário, 7) Empregado sem CTPS, 8) Doméstico sem CTPS, 9) Conta Própria, 10) Temporário Rural, 11) Não Remunerado e 12) Desempregado. Assim, caso uma família tivesse dois membros adultos vinculados ao mercado de trabalho, sendo um empregado sem CTPS e um empregado com CTPS, para a análise do tipo de vinculação das famílias ao mercado de trabalho foi considerado o membro empregado com CTPS para representar essa família.

Para verificar se a agregação das informações pessoais de trabalho para a unidade familiar iria prejudicar ou causar muita perda de informação, procedeu-se à análise de quantidade de membros trabalhando por família. Esta análise encontrou que, das famílias que estão vinculadas ao mercado de trabalho, a grande maioria possui apenas um membro ocupado. A Tabela 10 apresenta essa relação. Quando se considera apenas vínculos formais, quase a totalidade das famílias não os possuem ou possuem apenas um membro com essa vinculação (99,96%). Quando se considera todos os vínculos, cerca de 7% das famílias possuem mais de um membro trabalhando. Assim, considera-se que a agregação do trabalho

por família, selecionando apenas o membro mais bem vinculado não traz grandes prejuízos relacionados à perda de dados para a análise e apresenta informações mais úteis.

Tabela 10 – Quantidade de pessoas trabalhando nas famílias extremamente pobres – por tipo de vínculo

Quantidade de membros	Apenas trabalho formal		Qualquer trabalho	
	N	%	N	%
Até um membro	5.976.722	99,96	5.540.749	93
Dois membros	2.254	0	414.147	7
Três ou mais	50	0	24.119	0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

O próximo capítulo irá traçar um perfil das famílias extremamente pobres a partir de dados do Cadastro Único, verificar quais são as variáveis que mais sofrem alteração, e também, através de regressão logística, examinar quais variáveis mais influenciam a saída das famílias da extrema pobreza.

4 PERFIL DAS FAMÍLIAS EXTREMAMENTE POBRES E VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A SAÍDA DA POBREZA

Este capítulo realiza uma análise longitudinal da extrema pobreza no Brasil no período de 2012 a 2016 através dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A linha de extrema pobreza considerada será a utilizada para o PBF. Optou-se por utilizar a linha de pobreza do PBF e não a inclusão no programa por conta da Regra de Permanência, que pode fazer com que famílias que tenham superado a extrema pobreza ainda continuem como beneficiárias do PBF.

A utilização da linha administrativa oficial para estudos acadêmicos é uma estratégia válida. Como hoje a grande maioria dos países no mundo tem algum benefício de proteção social com critério de renda, pesquisadores poderiam abrir mão de vez de linhas calculadas com critérios técnicos e adotar a posição de que a linha de pobreza em cada país é o que aquele país diz que é, explícita ou implicitamente (Soares, 2009).

A metodologia de análise consistirá da comparação de duas bases do Cadastro Único verificando quem é extremamente pobre no período inicial e no período final. Os períodos considerados são 2012 e 2016. Optou-se por utilizar esses períodos porque o Sistema do cadastro já estava atualizado na sua última versão (v7), que é integrada nacionalmente e online, o que faz com que a qualidade das informações seja melhor.

A análise consistirá em: (1) traçar um perfil dos extremamente pobres, apresentando suas principais características em 2012, (2) apresentar as principais alterações nas informações socioeconômicas que estas famílias realizaram entre 2012 e 2016, e (3) verificar a influência de algumas variáveis consideradas mais importantes para a superação da pobreza nas famílias extremamente pobre do Cadastro, através do método estatístico ‘regressão logística’.

Importante ressaltar que a extrema pobreza será considerada pela ótica da renda e antes das famílias receberem os benefícios de transferência de renda do PBF e BSM, ou seja, busca-se analisar as famílias que superaram a extrema pobreza sem contarem com transferências governamentais federais.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: a seção 1 apresenta as principais informações socioeconômicas das famílias extremamente pobres em 2012 e também as principais alterações entre 2012 e 2016 e a seção 2 apresenta a importância de cada variável analisada, através de regressão logística, na saída da extrema pobreza.

Quem eram os extremamente pobres no Brasil? Uma análise através de dados do Cadastro Único

Esta seção apresenta um breve perfil socioeconômico das famílias extremamente pobres no período inicial da análise (2012) através das variáveis contidas no Cadastro Único em dezembro de 2012.

Variáveis Regionais

A pobreza no Brasil é um fenômeno bastante relacionado com a região que a família reside. Como se pode observar a partir da Tabela 11, das 22,1 milhões de pessoas extremamente pobres (11,4% da população), 59% destas encontram-se no Nordeste, 14% no Norte e 18% no Sudeste. As regiões Sul e Centro-Oeste possuem, cada, menos de 5% das pessoas pobres. Em relação as regiões, 24% da população do Nordeste estava cadastrada no Cadastro Único como extremamente pobre e 18,9% do Norte. Apesar de 18% dos extremamente pobres estarem na Região Sudeste, esta região possui cerca de 42% da população brasileira, abrigando as duas maiores metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) que, sozinhas, tem quase a mesma quantidade de pessoas da Região Nordeste.

Tabela 11 - População estimada (IBGE) para 2012 e população extremamente pobre (Cadastro Único) em 2012 - proporção e total

Região	População Estimada		População Extremamente Pobre			Famílias Extremamente Pobre	
	Total	%	Total	% em relação ao total dos E.P.	Em relação ao total da Região	Total	% em relação ao total dos E.P.
Brasil	193.946.886	100%	22.093.018		11,4%	5.979.015	
Região Nordeste	53.907.144	28%	12.943.218	59%	24,0%	3.580.691	59,9%
Região Norte	16.318.163	8%	3.079.966	14%	18,9%	737.458	12,3%
Região Sudeste	81.565.983	42%	4.007.262	18%	4,9%	1.101.869	18,4%
Região Sul	27.731.644	14%	1.140.634	5%	4,1%	311.191	5,2%
Região Centro-Oeste	14.423.952	7%	921.938	4%	6,4%	247.806	4,1%

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS e Cadastro Único de dez/2012.

A Tabela 12 apresenta a distribuição das famílias de acordo com a localidade dos domicílios (urbano/rural), porte municipal e PIB *per capita* do município.

Tabela 12 – Variáveis regionais das famílias extremamente pobres

	Localidade		Porte municipal					Pib Per capita			
	Urbano	Rural	Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio Porte	Grande Porte	Metrópole	Faixa I	Faixa II	Faixa III	Faixa IV
Total	70%	30%	30%	27%	14%	15%	13%	33%	27%	21%	19%
Região											
Nordeste	64%	36%	33%	31%	15%	11%	11%	45%	30%	18%	7%
Norte	71%	29%	22%	30%	19%	20%	9%	29%	36%	20%	14%
Sudeste	84%	16%	25%	16%	9%	24%	25%	10%	18%	26%	46%
Sul	76%	24%	40%	18%	12%	20%	10%	0%	9%	35%	57%
Centro-Oeste	84%	16%	36%	21%	11%	18%	14%	2%	22%	31%	45%
Localidade											
Urbano	100%		25%	24%	14%	19%	19%	25%	25%	25%	24%
Rural		100%	43%	35%	15%	6%	1%	50%	31%	12%	7%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016.

Quanto à localidade (relação urbano/rural), os extremamente pobres encontram-se principalmente em áreas urbanas, que concentra 70% dos extremamente pobres, mas 84% da população (de acordo com o Censo de 2010). E a proporção de pobres em áreas rurais é maior no Nordeste (35%), Norte (29%) e Sul (24%). Em relação à área rural, os extremamente pobres que residem nesta área se encontram, em sua maioria (78%), em municípios com até 50 mil habitantes (Pequeno Porte I e II) e 81% encontram-se em municípios com os menores PIB per capita. Assim, mais do que a pobreza urbana, a pobreza rural está concentrada em municípios pequenos e pobres.

Já a pobreza urbana está mais bem distribuída em relação ao porte municipal e em relação à riqueza dos municípios. Com relação ao PIB, inclusive, a pobreza urbana parece estar quase homogeneamente distribuída.

Quanto ao PIB per capita, 33,3% das famílias se encontram em no quartil inferior dos municípios, 27% das famílias extremamente pobres encontram-se no segundo quartil da distribuição e os 50% municípios com melhores PIB per capita obtém aprox. 20% das famílias pobres, cada. Nota-se uma relação entre baixo PIB per capita municipal e percentual de pobreza, mas essa relação não é acentuadamente alta. Nesse caso, a região parece importar mais do que o PIB per capita.

Em relação às alterações das famílias extremamente pobres entre o período de 2012 e 2016 no que se refere às informações regionais, apenas 6% das famílias alteraram o município de residência no período analisado. A alteração entre a área urbana e rural é um pouco mais expressiva, com 9,1% das famílias realizando esta alteração. Dentre as famílias que alteram a localidade, 5,9% alteraram para rural e 3,2% para urbano. No entanto, a captação de localidade no Cadastro Único é autodeclaratória, ou seja, é uma definição que vai de acordo com a percepção do morador. Nesse sentido, pode haver alteração na declaração da localidade sem que haja real alteração do domicílio familiar.

Variáveis Familiares

Em relação aos tipos de famílias extremamente pobres, este trabalho apresenta as informações por composição familiar, ou seja, a forma de agrupamento familiar em relação ao responsável familiar. Além disso, há também uma análise da família relacionada à idade dos seus membros, verificando assim a composição da família em relação a proporção de crianças, jovens, adultos e idosos. Também é apresentada a quantidade de cada tipo de membro em faixas. As informações estão por região e localidade na Tabela 13 e na Tabela 15.

Tabela 13 – Composição familiar por região e localidade

	Monoparentais				Casais			Unipessoal	Outros
	Feminino	Masculino	Feminino e outros parentes	Masculino e outros parentes	Só casal	Casal com filhos	Biparental e outros parentes		
Total	43,3%	1,4%	3,9%	0,1%	3,1%	38,8%	2,2%	4,6%	2,6%
Região									
Nordeste	39,9%	1,4%	3,5%	0,1%	3,9%	41,2%	2,2%	5,1%	2,6%
Norte	45,8%	2,4%	3,7%	0,2%	1,3%	39,6%	2,7%	1,5%	2,9%
Sudeste	50,6%	0,9%	5,0%	0,1%	2,0%	32,0%	2,0%	5,3%	2,1%
Sul	44,8%	1,1%	4,2%	0,1%	2,3%	37,9%	2,4%	5,2%	2,2%
Centro-Oeste	50,9%	1,3%	4,9%	0,1%	1,8%	32,0%	2,3%	3,5%	3,2%
Localidade									
Urbano	49,7%	1,3%	4,8%	0,1%	2,3%	31,7%	2,2%	4,9%	2,9%
Rural	28,5%	1,6%	1,7%	0,1%	4,8%	55,5%	2,2%	3,8%	1,8%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Tabela 14 – Composição familiar das famílias extremamente pobres – idade média e peso dos membros na composição das famílias.

Composição Familiar	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filhos		Outros Parentes						Não Parentes	
			Filho	Enteado	Neto	Pai ou Mãe	Sogro	Irmãos	Genro ou nora	Outro Parente	Não parente	
Unipessoal	Média de Idade	47,42										
	Peso do membro	100,0%										
Monoparental feminino	Média de Idade	33,93		9,87	12,47							
	Peso do membro	30,8%		69,1%	,1%							
Monoparental masculino	Média de Idade	40,70		11,58	13,66							
	Peso do membro	32,5%		66,8%	0,7%							
Só casal	Média de Idade	40,45	45,11									
	Peso do membro	50,0%	50,0%									
Casal com filhos	Média de Idade	35,39	38,82	10,82	12,99							
	Peso do membro	22,2%	22,2%	55,2%	0,3%							
Biparental e outros parentes	Média de Idade	44,45	47,47	16,54	15,39	6,18	55,18	56,45	23,59	23,61	16,11	
	Peso do membro	17,6%	17,6%	40,5%	,3%	16,4%	,4%	,2%	1,6%	,4%	4,9%	
Monoparental feminino e outros parentes	Média de Idade	42,27		15,32	13,81	6,01	55,12	47,75	25,55	25,17	23,44	
	Peso do membro	22,3%		45,1%	,2%	19,1%	2,3%	,1%	3,6%	,4%	6,9%	
Monoparental masculino e outros	Média de Idade	44,54		14,63	13,83	6,50	56,53	52,84	27,11	25,01	24,42	
	Peso do membro	22,9%		44,1%	0,9%	14,2%	2,2%	,1%	3,8%	,5%	11,3%	
Outros	Média de Idade	47,49	51,29	13,27	15,45	9,90	54,35	48,01	27,19	26,08	16,86	19,21
	Peso do membro	34,8%	9,7%	4,5%	,1%	31,1%	1,0%	,1%	5,4%	,2%	9,9%	3,3%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Em relação à estrutura familiar (Tabela 13), as principais formas de agrupamentos são as monoparentais e os casais. As composições monoparentais respondem por 48,7% das famílias. A monoparental feminina sozinha responde por 43,3% das famílias. Os casais com filhos respondem por 38,8% das composições. Nota-se que, com exceção das famílias monoparentais femininas e os casais com filhos, as outras composições respondem por menos

de 5% das composições, cada. A forma de composição varia de acordo com a região do país e também de acordo com a localidade. Em relação à localidade, há uma predominância da forma monoparental feminina nas áreas urbanas e casais com filhos nas áreas rurais. Em relação à região, as monoparentais femininas são maiores no Sudeste e Centro-Oeste.

Com relação à idade média e o peso do membro dentro dessas composições familiares, (Tabela 14), as famílias unipessoais, possuem, membros com, em média 47 anos de idade. Na comparação entre monoparental feminino e masculino, as RF (responsáveis familiares) femininas possuem, em média 34 anos e os RF masculinas, 41 anos. Na formação estendida (ou seja, com parentes), as RF femininas possuem, em média 42 anos e os RF masculinos, 45 anos. Com relação aos casais, os sem filhos são mais velhos do que os com filhos. Em relação às formações estendidas, o neto possui grande peso em relação à formação da família. Por exemplo, na forma monoparental feminino e outros parentes, o neto corresponde, em média a 19% da família. Já pai, mãe, sogro, irmãos, genros e noras correspondem a 6,4% da formação da família.

A Tabela 15 apresenta os dados familiares de acordo com a quantidade de membro que cada família possui.

Tabela 15 – Proporção de famílias que possuem crianças, adolescentes, adultos, idosos, cônjuge e parentes de acordo com a quantidade de cada membro

Região	Membros até 17 anos				Crianças 0-6				Crianças 7-15			
	0	1	2	3 ou mais	0	1	2	3 ou mais	0	1	2	3 ou mais
Total	13%	29%	30%	28%	52%	34%	12%	3%	38%	31%	19%	11%
Nordeste	15%	31%	29%	25%	54%	33%	11%	2%	42%	31%	18%	10%
Norte	6%	24%	30%	40%	46%	34%	16%	4%	31%	29%	22%	18%
Sudeste	11%	28%	31%	30%	49%	35%	13%	3%	35%	34%	21%	10%
Sul	10%	29%	30%	30%	49%	36%	12%	3%	34%	35%	21%	10%
Centro-Oeste	9%	25%	33%	32%	47%	35%	15%	3%	33%	33%	23%	11%

Região	Adolescente 16-17				Adulto (18-64)			Parente			Idoso	Cônjuge
	0	1	2	3 ou mais	1	2	3 ou mais	0	1	2 ou mais	Sim	Sim
Total	82%	17%	1%	0%	44%	41%	15%	92%	6%	3%	1%	45%
Nordeste	82%	16%	1%	0%	41%	43%	16%	92%	6%	2%	1%	48%
Norte	78%	20%	2%	0%	44%	40%	16%	91%	6%	3%	1%	44%
Sudeste	83%	16%	1%	0%	51%	37%	12%	91%	6%	3%	1%	36%
Sul	83%	17%	1%	0%	47%	41%	12%	91%	6%	3%	1%	43%
Centro-Oeste	83%	16%	1%	0%	51%	37%	11%	90%	7%	4%	1%	37%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Primeiramente, em relação aos membros até 17 anos, nota-se que apenas 13% das famílias não os possuem. Ou seja, as famílias em extrema pobreza, como já foi comentado acima, são, em sua maioria, formação com crianças. Esse percentual é ainda menor no Norte, onde 40% das famílias possuem 3 ou mais membros com até 17 anos. Com relação as crianças até 6 anos, cerca de metade das famílias os possuem, sendo que aproximadamente 3% das famílias possuem 3 ou mais filhos nessa faixa etária. 34% das famílias possuem

apenas 1 membro nessa faixa etária. Quanto aos membros de 7 a 15 anos (crianças em idade escolar), 62% das famílias os possuem, sendo que 31% possuem um membro e 19% dois membros ou mais. 82% das famílias não possuem adolescentes (16 e 17 anos).

Em relação aos adultos, 44% das famílias possuem apenas 1 adulto, 41% possuem dois adultos e 15% possuem três ou mais adultos. Em relação aos idosos, 99% das famílias não os possuem e 1% possuem um ou mais, sendo que a grande maioria desses 1% é composta de 1 idoso.

Quanto à presença de parente, 92% das famílias não moram com parentes (considerando que, dentre as famílias que moram com parentes, a maioria destes é formado por netos). Por último, 45% das famílias extremamente pobres possuem cônjuge.

Alterações Familiares no período:

Com relação às alterações na composição familiar, tanto pela forma de agrupamento em relação ao responsável familiar, quanto pela relação de idade entre os membros, observa-se, de forma geral um envelhecimento das famílias acompanhadas.

Na análise comparativa membro a membro, (ou seja, rastreando o membro no momento inicial e no momento final) a Tabela 16 apresenta os membros adicionados e excluídos das famílias. No total, 3.010.133 pessoas foram excluídas (14% das pessoas em 2012) e 2.522.831 (12% das pessoas em 2016) foram adicionadas entre 2012 e 2016 às famílias analisadas. Observando os membros que informaram o grau de parentesco com o RF, a maioria é filho (69% dos membros excluídos e 59% dos membros adicionados). A idade média dos filhos excluídos era de 17,19 anos em 2012²⁸ e de 5 anos em 2016 dos membros adicionados, o que levanta a hipótese que os filhos saem das famílias para compor suas próprias famílias (não ficam adultos nas famílias) e os filhos que entram são por nascimento. Além dos filhos, os cônjuges também são bastante ‘movimentados’ entre as famílias, mas o resultado líquido é pequeno, já que 18% dos membros excluídos são cônjuge, mas 17% dos membros adicionados também o são. Por último, há uma proporção maior de netos e/ou bisnetos entrando do que saindo das famílias (14% contra 5%).

²⁸No entanto, como a análise é apenas com a base do Cadastro de 2012 e de 2016, não dá para saber a idade correta que o membro tinha quando saiu da família, visto que ele pode ter saído em qualquer momento entre esses dois períodos. Mas a idade na base de 2012 é uma boa aproximação da idade dos membros que saíram, e a idade em 2016 é uma boa aproximação da idade que os membros tinham quando entraram nas famílias.

Tabela 16 – Membros adicionais e excluídos das famílias de acordo com sua relação com o Responsável Familiar – percentual e idade média.

Parentesco com o RF	Membro excluído			Membro adicionado		
	N	%	idade em 2012 (média)	N	%	idade em 2016 (média)
1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF	113.419	4%	41,55	51.637	2%	34,96
2 - Cônjuge ou companheiro(a)	525.350	18%	38,57	437.233	17%	39,70
3 - Filho(a)	2.054.102	69%	17,23	1.487.769	59%	5,80
4 - Enteado(a)	21.269	1%	15,32	22.128	1%	12,26
5 - Neto(a) ou bisneto(a)	136.008	5%	7,72	345.123	14%	4,01
6 - Pai ou mãe	19.306	1%	56,38	25.083	1%	62,41
7 - Sogro(a)	2.152	0%	56,16	1.931	0%	62,65
8 - Irmão ou irmã	40.481	1%	25,91	33.566	1%	29,68
9 - Genro ou nora	6.059	0%	24,33	14.349	1%	22,99
10 - Outro parente	69.092	2%	22,98	88.972	4%	14,34
11 - Não parente	6.825	0%	23,68	10.778	0%	19,53
Total com informação de parentesco	2.994.063	100%		2.518.569		
registros sem informação de parentesco	16.070	1%		4.262		
Total	3.010.133			2.522.831		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Visto que grande parte dos membros excluídos são filhos, cabe analisar melhor esses membros. A tabela abaixo apresenta essa análise, mostrando o percentual do total de filhos que foram excluídos e sua divisão por sexo. Nota-se que entre os dois períodos, 16% dos filhos foram excluídos do Cadastro. Dentre os filhos excluídos, a grande maioria possuía entre 7 a 24 anos em 2012. Em relação ao total de filhos, isso correspondeu a 42 dos filhos com 16 e 17 anos, e cerca de 55% dos filhos com entre 18 e 29 anos. Com relação ao sexo, há uma prevalência pelo sexo masculino nas faixas etárias mais elevadas.

Tabela 17: Filhos excluídos das famílias de acordo com sua representação em relação ao total de filhos e por sexo.

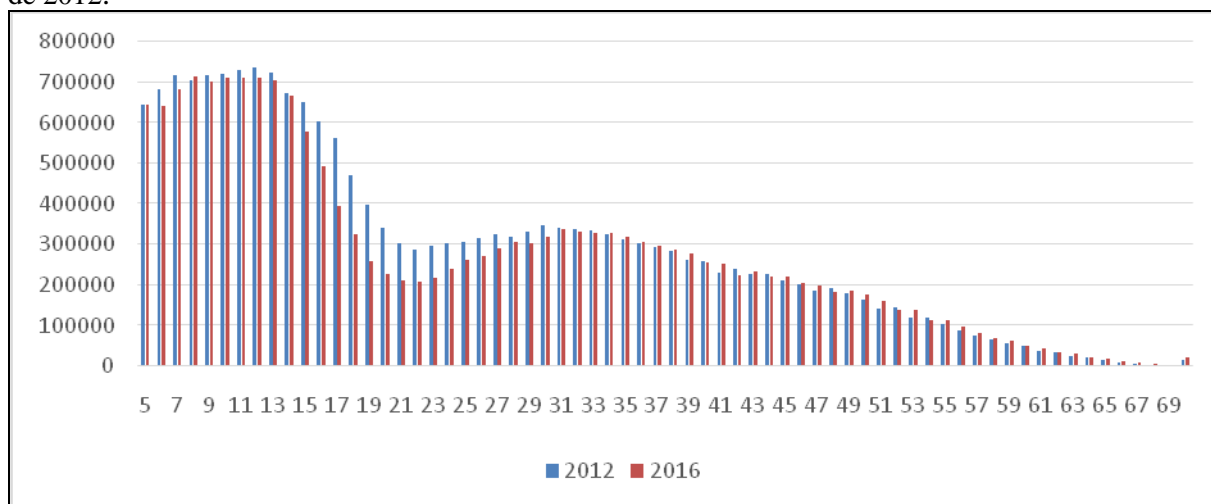
Faixa Etária	Total		Exclusão			
	Filhos	Filhos excluídos	Proporção	Dentro dos excluídos	Masculino	Feminino
Total	12.558.037	2.054.102	16%	100%	50%	50%
0 a 6	3.652.596	100.261	3%	5%	53%	47%
7 a 15	6.029.577	511.969	8%	25%	41%	59%
16 e 17	1.094.458	457.594	42%	22%	46%	54%
18 a 24	1.504.949	840.554	56%	41%	55%	45%
25 a 29	200.337	110.016	55%	5%	63%	37%
30 a 45	73.266	32.887	45%	2%	63%	37%
46 a 64	2.525	726	29%	0%	66%	34%
acima de 64	329	95	29%	0%	57%	43%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

O Gráfico 3 apresenta a comparação entre a idade das pessoas em 2012 e em 2016. Para facilitar a comparação, a idade de todos os membros de 2016 foi reduzida em quatro anos. Assim, cada agrupamento de colunas no gráfico deveria ser igual, caso a quantidade de

pessoas com mesma idade em cada período fosse igual. Nota-se que principalmente entre os 15 e 27 anos a barra que representa 2012 é significativamente maior. Isso significa que em 2016 há menos membros que em 2012 tinham essa faixa etária. Ou seja, a evasão do Cadastro acontece principalmente entre os jovens.

Gráfico 3 – Relação entre quantidade de membros por idade para os anos de 2012 e 2016 – em valores de 2012.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Com relação às alterações familiares agregadas no período e não apenas analisando a entrada/saída de membros, a Tabela 18 apresenta as principais alterações. É didático separar a análise das alterações familiares entre alterações de idade (perda de crianças e ganho de adultos, por exemplo) e entre a relação de parentesco (perda/ganho de cônjuges, parentes, etc). Em geral a relação de idade entre os membros é bastante dinâmica (visto que é uma análise temporal, isso é claro) com a composição de adultos e crianças sendo bastante alterados.

Tabela 18 - Principais alterações familiares – em percentual

Alterou membros	Adultos	Crianças (0-7)	Crianças (8-15)	Adolescentes (16-17)	Idosos	Parentes	Cônjuge
Sem Alteração (com membros)	59,6%	15,8%	20,6%	4,9%	0,5%	4,0%	36,4%
Sem alteração (sem membros)	0,0%	44,3%	22,7%	66,2%	97,3%	86,1%	48,6%
Subtotal sem alteração	59,6%	60,2%	43,4%	71,1%	97,8%	90,1%	85,1%
Perdeu membro	16,0%	28,1%	28,8%	12,8%	0,3%	3,4%	8,4%
Ganhou membro	24,5%	11,8%	27,9%	16,1%	1,9%	6,6%	6,6%
Subtotal com alteração	40,4%	39,8%	56,6%	28,9%	2,2%	9,9%	14,9%

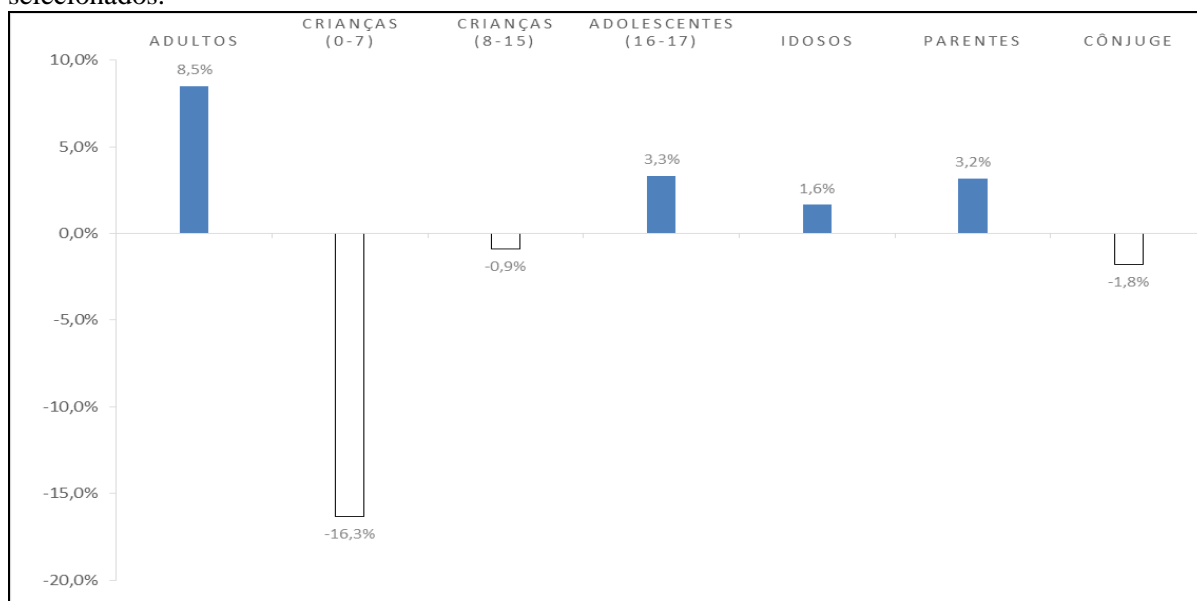
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Em relação às alterações da Tabela 18, nota-se que idosos (2,2%), parentes (9,9%) e cônjuges (14,9%) são as categorias que sofrem menos alterações. Se é considerada a alteração

líquida (percentual de famílias que perdeu membros menos o percentual de famílias que ganhou, ou vice-versa), as alterações são menores ainda, e deve representar mais a dinâmica de curto prazo das famílias (umas perdem cônjuge, outras ganham) do que um movimento com uma direção clara. O

Gráfico 4 apresenta o ganho líquido por famílias de cada tipo de membro. Por exemplo, considerando que 24,5% das famílias ganharam membros adultos e 16% delas perderam, 8,5% das famílias tiveram um ganho líquido de adultos. Nota-se que o ganho líquido de adolescentes, idosos, parentes e cônjuges é relativamente pequeno, sendo menos de 5% para estes tipos de membros. Já adultos e crianças de 0 a 7 anos tiveram variações mais significativas, com ganho líquido de 8,5% e -16,3%, respectivamente. Novamente, ressalta-se que esse movimento de perda de crianças de 0 a 7 pelas famílias é natural, por se tratar de uma análise temporal.

Gráfico 4 – Ganhos líquidos de membros pelas famílias extremamente pobres – membros selecionados.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Quanto à análise de alterações familiares de acordo com sua composição familiar, a Tabela 19 apresenta cada uma das categorias. Para analisar as alterações serão usadas apenas as categorias ‘monoparental feminino’ e ‘casal com filhos’ citadas acima e uma terceira categoria contendo todas as outras formas. Observa-se que da forma monoparental feminino, 78% permanecem iguais no período final e 11% migraram para a categoria casal com filhos. Já da composição casal com filhos, cerca de 15% perderam o cônjuge e ficaram como monoparentais femininos no período final.

Tabela 19 – Relação entre Composição Familiar em 2012 e em 2016.

Composição em 2012 / composição em 2016	Monoparental Feminino	Casal com Filhos	Outros
Monoparental Feminino	78%	11%	11%
Casal com Filhos	15%	74%	11%
Outros	10%	9%	81%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

De uma forma geral, quanto as variáveis familiares, a alteração na composição familiar é realizada através da entrada e saída de cônjuges e perda/ganho de filhos e de netos. Observou-se que a perda e ganho de cônjuges, parentes e idosos é bastante pequena nas famílias, sendo que a alteração líquida destes membros é menor do que 5%. Quanto as crianças menores de 7 anos, cerca de 40% das famílias realizaram alterações na quantidade destes membros, sendo que mais famílias perderam membros do que ganharam. Quando se fala de adultos, a situação é a oposta, com mais famílias ganhando membros do que perdendo.

Quando se analisa os membros que entraram e saíram das famílias, a proporção é semelhante (12% dos membros de 2012 saíram do Cadastro Único e 14% dos membros de 2016 entraram no Cadastro). Além disso, a maior parte desses membros são filhos. A diferença, no entanto, é a idade média. Enquanto a idade média dos filhos que saem do Cadastro é de 17 anos, a idade média dos filhos que entram é de 6 anos. De uma forma geral, os membros que saem das famílias são mais velhos do que os membros que entram (comparando as mesmas categorias), com exceção das categorias pai/mãe e sogros e irmãos.

Visto que a análise verificou as informações das mesmas famílias com uma diferença de 4 anos entre o período inicial e o final, e que a entrada/saída de membros é bastante similar, a variação entre as composições familiares nesse período não é extremamente acentuada, com exceção das idades médias, que aumentaram de acordo com o intervalo de tempo analisado (quatro anos). Apesar de que a idade média dos membros que saíram ser maior do que a dos membros entraram, esse efeito não foi suficiente para contrapor o efeito do aumento da idade dos membros que permaneceram nas famílias. Por último, nota-se que a faixa etária que mais sai do Cadastro é a de jovens.

Variáveis Individuais

Quanto às variáveis individuais, analisou-se principalmente a escolaridade e a vinculação ao mercado de trabalho, além das variáveis sociais sexo, faixa etária e raça/cor.

A seguir são apresentadas algumas variáveis sociais apenas para os adultos das famílias. Com relação ao sexo, há uma prevalência de mulheres, (63% contra 37%). Essa proporção tende a ser ligeiramente mais acentuada nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e também na área urbana. Com relação à raça/cor, 66% das pessoas adultas declararam-se como pardas. Em seguida estão os brancos (23%). A quantidade de pessoas adultas pardas é maior na área rural (70%), no Norte (83%) e Nordeste (76%) e bastante menor no Sul (20%).

Quanto à escolaridade, praticamente a totalidade dos adultos possuem até o médio completo. 15% não possuem instrução, 54% possuem fundamental incompleto, 9% fundamental completo, 9% médio incompleto e 12% médio completo. Essa proporção é pior nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste.

Tabela 20 – Variáveis sexo, raça/cor e grau de instrução das pessoas adultas em famílias extremamente pobres - 2012

	Sexo		Raça/Cor				
	Masculino	Feminino	Branco	Preto	Amarelo	Pardo	Indígena
Total	37%	63%	20%	9%	0%	70%	1%
Nordeste	39%	61%	15%	8%	0%	76%	0%
Norte	39%	61%	8%	5%	0%	84%	3%
Sudeste	32%	68%	32%	13%	0%	54%	0%
Sul	36%	64%	71%	8%	0%	20%	1%
Centro-Oeste	33%	67%	22%	8%	1%	66%	4%
Urbano	34%	66%	21%	9%	0%	69%	1%
Rural	44%	56%	18%	7%	0%	72%	2%

	Grau de Instrução					
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais
Total	15%	54%	9%	9%	12%	0%
Nordeste	17%	52%	9%	9%	13%	0%
Norte	13%	56%	10%	10%	10%	0%
Sudeste	9%	56%	11%	10%	13%	0%
Sul	8%	64%	12%	8%	7%	0%
Centro-Oeste	10%	55%	11%	11%	13%	1%
Urbano	12%	53%	10%	10%	14%	0%
Rural	19%	57%	8%	7%	9%	0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Quanto à variação na escolaridade, apenas 9,7% dos adultos apresentaram alguma alteração. Este é um valor baixo, se se considera a importância que a escolaridade tem para a saída da pobreza. Prova disso é que menos de 1% dos adultos em extrema pobreza possuem escolaridade acima de médio completo.

Com relação à mobilidade ocupacional, pesquisa do IBGE aponta que a estrutura familiar se mostra importante não apenas para determinar a educação dos filhos, mas também para influenciar os seus rendimentos no mercado de trabalho (IBGE, 2014). De acordo com a pesquisa ‘os resultados indicam que o nível de escolaridade das pessoas ocupadas está bastante associado ao nível educacional alcançado por seus próprios pais. Além disso, ao comparar indivíduos com escolaridade semelhante, observa-se que os rendimentos são, em geral, mais elevados para aqueles com pais mais escolarizados (IBGE, 2014).

Quanto aos adultos que alteraram a escolaridade (9,1%), a maioria o fez quando estava próximo de terminar algum ciclo (37,1% estavam no fundamental incompleto e 24,6%

estavam no médio incompleto). A idade média dos adultos que continuam a estudar varia de acordo com o grau que ele estava, mas a idade média é sempre abaixo de 30 anos, com exceção dos sem instrução. A Tabela 21 apresenta a relação de idade dos adultos que estudam e dos que não estudam.

Tabela 21 – Grau de escolaridade dos adultos que alteraram a escolaridade no período e não alteraram – Média de idade.

		Sem instrução		Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio incompleto		Médio completo		Superior incompleto ou mais	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não alterou	Total	1.166.470	14,9%	4.503.168	57,6%	624.741	8,0%	492.825	6,3%	1.006.576	12,9%	21.699	,3%
	Média de Idade	43,16		37,40		32,46		29,42		30,88		31,80	
Alterou	Total	155.143	18,6%	309.714	37,1%	152.757	18,3%	205.401	24,6%	12.482	1,5%	-	0,0%
	Média de Idade	38,65		28,31		25,87		24,44		29,77			

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Com relação ao trabalho a Tabela 22 apresenta os dados de trabalho dos adultos com o quantitativo de pessoas e famílias. É importante ressaltar que o Cadastro Único habilita o campo de ocupação principal para pessoas maiores de 14 anos. No entanto, esse tipo de preenchimento é residual. Para esta seção, dessa forma, haverá um recorte para captar as informações apenas de adultos, para ser possível a comparação em proporção do total de adultos.

Tabela 22 – Tipos de ocupação dos adultos em famílias extremamente pobres – por adulto e por família.

Tipo de Ocupação	Pessoas		Famílias	
	N	%	N	%
Formal	151.698	1,4%	149.342	2,5%
Empregado sem CTPS	248.610	2,4%	241.192	4,0%
Informal	3.101.213	29,4%	2.643.431	44,3%
Desempregado	7.057.225	66,8%	2.929.845	49,1%
Total	10.558.746	100,0	5.963.810	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Obs. 15.205 famílias não possuíam nenhum membro com idade entre 18 e 65 anos.

Assim, enquanto 66,8% dos adultos estão desempregados, 49,1% das famílias extremamente pobres não possuem nenhum adulto trabalhando.

Das que estão trabalhando, a maioria está no setor informal (trabalhador por conta própria, trabalhador temporário em área rural e trabalhador não-remunerado), 29,4% dos adultos tem esse tipo de ocupação, e 44,3% das famílias possuem o membro com melhor

ocupação nesse tipo de vínculo. Quanto aos empregos sem CTPS, 4,0% das famílias possuem esse tipo de vínculo e 2,5% das famílias possuem uma vinculação formal. Assim, nota-se que a extrema pobreza é um fenômeno que ocorre à margem do mercado formal de trabalho e que o ingresso nesta é determinante para a saída da situação inicial da família.

Quanto às alterações nos tipos de vínculos empregatícios, nota-se que as posições são poucos rígidas: das famílias cujo membro mais bem posicionado ocupava uma ocupação formal em 2012, 43,11% ainda ocupavam uma posição formal em 2016. A posição menos rígida é do setor informal: 69,34% das famílias que estavam na informalidade em 2012 ainda se encontraram em 2016.

Tabela 23 – Relação entre emprego em 2012 e em 2016 – por categoria de vínculos e por família

Categoria em 2012/ categoria em 2016	Formal	Empregado sem CTPS	Informal	Desempregado
Formal	43,11%	4,48%	30,57%	21,84%
Empregado sem CTPS	14,18%	27,53%	36,04%	22,25%
Informal	7,79%	3,08%	69,34%	19,79%
Desempregado	8,70%	3,45%	37,63%	50,22%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Com relação à atividade do membro principal, 32,7% estavam desempregados em 2012 e continuam desempregados em 2016. Considerando que esta análise é feita por família, isso significa que 32,7% das famílias em extrema pobreza estavam sem nenhum membro adulto vinculado ao mercado de trabalho e continuam dessa forma. 24,6% das famílias contêm membros na mesma ocupação, ou seja, 57,3% das famílias continuam com a mesma vinculação ao mercado de trabalho de seu membro principal. 6,5% perdem vínculo e 32% ganham vínculo. Dos que estavam trabalhando e não permanecem no mesmo tipo de vínculo, apenas 2,9% alteram para um vínculo melhor (e 1,3 alteram para um vínculo pior).

De acordo com as informações acima, conclui-se que a extrema pobreza é um fenômeno geograficamente definido, tendo sua abrangência atingindo, em 70% dos casos, o Nordeste. Atinge mais as mulheres adultas do que os homens, visto que cerca de 44% das adultas são ‘mães solteiras’, e 70% são pardos. Quanto à idade, atinge todas as faixas etárias, com menor incidência em idosos. Além disso, quase ninguém possui escolaridade acima do médio completo e 70% possuem até fundamental incompleto.

A próxima seção irá tratar dos fatores que influenciam a saída da família da extrema pobreza. Essa análise será feita através do método regressão logística. Para este trabalho, as variáveis utilizadas foram separadas em três conjuntos de fatores: variáveis regionais, familiares e individuais. As informações selecionadas para cada conjunto de fatores foram

incluídas de acordo com a literatura sobre pobreza e seus determinantes. A técnica irá mostrar quais variáveis aumentam a chance da família superar a pobreza e quais variáveis reduzem as chances.

Analisando os determinantes da Saída da Extrema Pobreza através da Regressão

Logística

Regressão logística é uma técnica estatística utilizada para prever a probabilidade de ocorrência de um evento em função do relacionamento entre esse evento e um ou mais preditores. A técnica verifica qual é o poder preditivo dessas variáveis independentes sobre a variável dependente, também fornecendo coeficientes de regressão, valores preditos e resíduos. A variável dependente, diferentemente da regressão linear, é discreta, podendo ser binária (logística binária) ou múltipla (logística múltipla) (Abbad e Torres, 2002).

Na maioria dos modelos de resposta binária, a meta principal é explicar os efeitos de x sobre a probabilidade de resposta $P(y=1|x)$. Um modelo *logit* é um modelo particular da classe de modelos de resposta binária. Os modelos de resposta binária seguem a seguinte função padrão:

$$P(y = 1|x) = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k) = G(\beta_0 + x\beta).$$

Para um modelo *logit*, G é a função logística:

$$G(z) = \frac{\exp(z)}{[1 + \exp(z)]} = \Delta(z)$$

A variável dependente é calculada em termos de uma razão, denominada razão de chance (ou *odds ratio*, em inglês). A razão de chance é uma razão entre a probabilidade de estar em um grupo dividida pela probabilidade de estar em outro grupo.

A Regressão Logística não é a única técnica que permite a predição de uma variável. Por exemplo, há também a Análise de Regressão Múltipla e a Análise Discriminante. No entanto, essas técnicas possuem pressupostos mais difíceis de serem atendidos. Na regressão múltipla exige-se que a variável dependente seja contínua, e na análise discriminante exige-se normalidade multivariada das variáveis independentes e matrizes de variância-covariância iguais entre os grupos (Abbad e Torres, 2002).

Já a Regressão Logística não requer que as variáveis preditoras possuam distribuição normal, mantenham relacionamento linear com a variável dependente ou que haja homogeneidade de variância dentro de cada grupo da variável dependente (Abbad e Torres, 2002).

Uma regressão logística não possui medidas de ajuste como o R^2 , mas há medidas que buscam simular o efeito e são chamadas de pseudo R^2 . O SPSS apresenta duas medidas de pseudo R^2 , que são o Cox & Snell e o Nagelkerke. O Cox & Snell calcula o ajuste através da seguinte fórmula:

$$R2C\&S = 1 - (L0 / LM)^{2/n}$$

Já o Nagelkerke é o teste de Cox & Snell ajustado para variar de 0 a 1.

Partindo de dados familiares do Cadastro Único, serão selecionadas as informações socioeconômicas das famílias beneficiárias do PBF e que se encontravam na extrema pobreza no período de dezembro de 2012 e verificado se essas informações permanecem as mesmas ou se houveram alterações no período final da análise – dezembro de 2016. A delimitação pelas famílias extremamente pobres e que são beneficiárias do PBF justifica-se pela qualificação cadastral que os beneficiários do programa recebem, tais como averiguações e revisões cadastrais.

Essas famílias serão separadas em dois grupos: aquelas que permanecem com renda abaixo da linha de extrema pobreza em 2016 e aquelas que superaram a referida linha. Será considerado que as famílias que superaram a linha conseguiram superar a extrema pobreza²⁹. A análise pretende verificar como a superação da extrema pobreza é influenciada por diferentes fatores, captados através das variáveis selecionadas, que foram agregadas em três grandes grupos: variáveis regionais, familiares e do indivíduo. Assim, a variável dependente do modelo é uma *dummy* e apresenta a seguinte categorização:

1 – caso a renda familiar per capita supere a linha de extrema pobreza do PBF no momento final (R\$ 85,00 per capita);

0 – caso a renda familiar per capita não supere a linha de extrema pobreza do PBF no momento final.

²⁹ É importante ter em mente que a saída da extrema pobreza aqui é considerada pela abordagem monetária, que a linha utilizada no programa é administrativa, não guardando relação exata com o valor necessário para suprir as necessárias calóricas mínimas, que a família pode ter saído apenas provisoriamente, e depois voltar para sua condição inicial e que, por último, ela pode nunca ter sido extremamente pobre, mas ter estado apenas fraudando algum programa.

O horizonte temporal de análise será de 2012 a 2016, visto que o Cadastro possui informações mais qualificadas a partir da implementação da versão 7 de seu sistema de coleta e armazenamento de dados, que foi implementado a partir de 2011.

As famílias que não mantiveram suas informações cadastrais atualizadas foram descartadas do modelo, visto que é justamente o processo de atualização cadastral que fornece a informação de alteração familiar objeto desta análise.

Variáveis utilizadas na Regressão:

A

Tabela 24, Tabela 25 e Tabela 26 apresentam as variáveis utilizadas no modelo de regressão logística e a frequência de cada uma das respostas dessas variáveis.

Tabela 24 - Variáveis Regionais do Cadastro Único utilizadas no modelo de Regressão Logística

Variáveis Regionais	Frequência	Percentual
Região		
Nordeste	3.535.347	59,6
Norte	731.714	12,3
Sudeste	1.102.652	18,6
Sul	309.359	5,2
Centro-Oeste	251.729	4,2
Porte		
Pequeno Porte I	1.811.332	30,5
Pequeno Porte II	1.602.491	27,0
Pequeno Porte III	832.297	14,0
Médio Porte	893.602	15,1
Grande Porte	791.079	13,3
PIB per capita - faixas		
1 quartil	1.948.734	32,9
2 quartil	1.614.032	27,2
3 quartil	1.247.068	21,0
4 quartil	1.120.967	18,9
Região		
Urbano	3.989.592	67,3
Rural	1.938.354	32,7
Em branco	2.855	,0
Total	5.930.801	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Tabela 25 Variáveis Familiares do Cadastro Único utilizadas no modelo de Regressão Logística

Variáveis Familiares	Frequência	Percentual
Quantidade de membros até 17 anos		
Sem membros	1.181.782	19,9
1 membro	1.616.248	27,3
2 membros	1.658.324	28,0
3 membros	897.547	15,1
4 membros	361.874	6,1
5 ou mais	215.026	3,6
Quantidade de Idosos		
Sem idosos	5.828.229	98,3
1 idoso	96.857	1,6
2 ou mais idosos	5.715	,1
Idade do membro mais novo - Faixas		
até 6 anos	2.116.240	35,7
de 7 a 17 anos	2.632.779	44,4
acima de 18 anos	1.181.782	19,9
Presença de Cônjuge		
Não	3.365.205	56,7
Sim	2.565.596	43,3
Presença de Parente		
Não	5.267.603	88,8
Sim	663.198	11,2
Alterou Quantidade de membros até 17 anos		
Sem alteração e sem membro	627.744	10,6
Perdeu Membro	1.802.521	30,4
Ganhou membro	1.039.800	17,5
Sem Alteração - com membro	2.460.736	41,5
Alterou quantidade de membros trabalhando em qualquer emprego		
Igual	3.445.446	58,1
Ganhou membro	1.687.122	28,4
Perdeu membro	798.233	13,5
Total	5.930.801	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Tabela 26 Variáveis Individuais do Cadastro Único utilizadas no modelo de Regressão Logística

Variáveis Individuais	Frequência	Percentual
Raca/Cor 2016		
Pardo	4.112.544	69,3
Branco/Indígena	1.230.047	20,7
Negro	529.538	8,9
Indígena	56.617	,9
System	2.055	,0
Sexo 2016		
Masculino	2.142.704	36,1
Feminino	3.788.097	63,9
Faixa Etária 2016		
18 a 24	692.505	11,7
25 a 29	722.967	12,2
30 a 45	3.034.371	51,2
46 a 64	1.480.958	25,0
acima de 64	706.573	11,8
Grau de Instrução 2016		
Sem instrução	702.123	11,8
Fundamental incompleto	2.878.833	48,5
Fundamental completo	584.797	9,9
Médio incompleto	551.939	9,3
Médio completo	1.176.777	19,8
Superior incompleto ou mais	35.388	,6
System	944	,0
Emprego - Faixas 2016		
Desempregado	2.068.183	34,9
Formal	556.275	9,4
Empregado sem CTPS	254.169	4,3
Informal	3.052.174	51,5
Total	5.930.801	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Resultados do Modelo

O modelo foi rodado utilizando todas as famílias extremamente pobres (e beneficiárias do PBF) que estavam cadastradas em dezembro de 2012 e continuavam no cadastro, com informações atualizadas, em dezembro de 2016 (sendo PBF ou não). Ou seja, no total, foram analisadas 5.979.015 famílias. Para a família ser considerada extremamente pobre em 2012, devia apresentar renda familiar *per capita* abaixo da linha de extrema pobreza - R\$ 77,00 per capita, e R\$ 85,00 per capita e dezembro de 2016.

A matriz de classificação do modelo é apresentada na Tabela 27. Uma matriz de classificação é criada classificando-se todos os casos do modelo em categorias, determinando se o valor previsto correspondeu ao valor real. As linhas na matriz representam os valores previstos para o modelo, sendo que as colunas representam os valores atuais. As categorias usadas na análise são falsos positivos, verdadeiros positivos, falsos negativos e verdadeiros negativos.

Tabela 27 - Tabela de Classificação do modelo de regressão logística aplicado

Observado/Predito	Continua na extrema Pobreza	Saiu da Extrema Pobreza	Acertos do modelo
Continua na extrema Pobreza	3.881.643	237.506	94,2
Saiu da Extrema Pobreza	1.085.884	719.918	39,9
Total Correto:			77,7

Valor de corte: 0,5

O modelo acerta em 77,7% dos casos, sendo que classifica corretamente 94,2% dos casos onde a família continua na extrema pobreza e 39,9% dos casos em que a família supera a extrema pobreza. O corte é de 0,5.

Uma regressão logística a rigor, não possui o grau de ajuste R², mas apresenta uma medida que tenta substituí-la, chamada de pseudo R². No modelo, o pseudo R² de Cox & Snell é de 0,236, o que não é um valor baixo para a predição de comportamento humano. Em alguns campos de conhecimento é esperado que o ajuste do modelo não seja muito alto. Por exemplo, qualquer área que tente prever o comportamento humano, geralmente apresenta modelos com R² menores do que 50% (Minitab, 2013). Além disso, mesmo que o ajuste seja baixo mas os preditores sejam significativos, ainda é possível extrair análises importantes de como a variável dependente é alterada pelas variáveis independentes (Minitab, 2013).

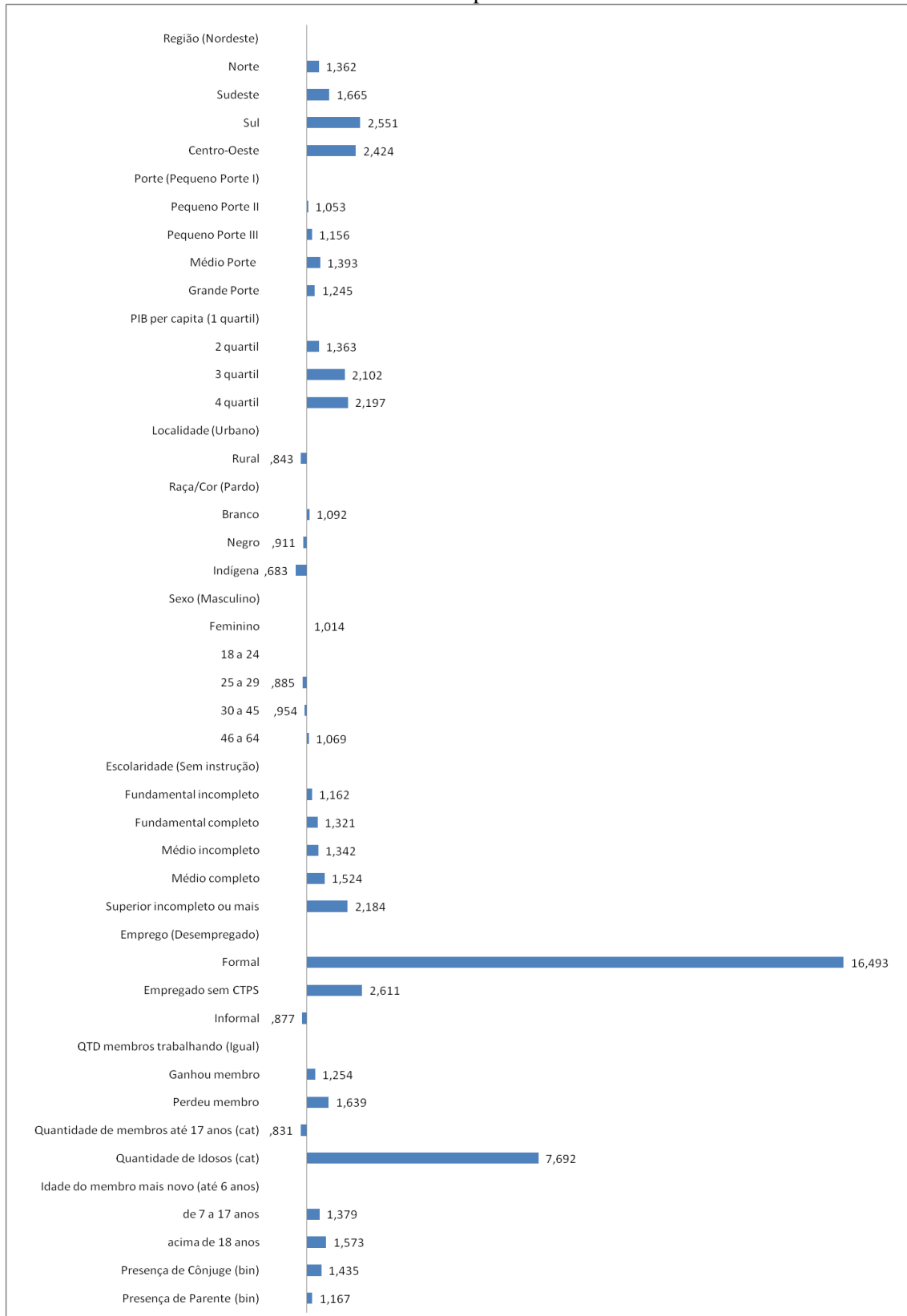
Também se deve tomar cuidado com algumas situações que impactam fortemente a saída da extrema pobreza, mas que acontecem poucas vezes, sendo fenômenos raros. Por exemplo, a presença de idosos na família aumenta em 4,8 vezes a chance de uma família nessa circunstância sair da extrema pobreza, em relação a famílias que não possuem idosos. No entanto, 1,7% das famílias possuem idosos em sua composição.

Deve-se, dessa forma, analisar conjuntamente o grau de ajuste, razão de chance e frequência de ocorrência para ter uma análise honesta e útil do modelo.

A seguir apresenta-se a análise das variáveis de agrupadas em variáveis regionais, familiares e individuais.

O Gráfico 5 apresenta as razões de chance para sair da extrema pobreza das variáveis regionais, familiares e individuais.

Gráfico 5 – Razões de Chance de sair da extrema pobreza das variáveis utilizadas no modelo



Fonte: Elaboração própria, a partir de resultados de modelo de regressão logística utilizando dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

A leitura do Gráfico 5 deve ser realizada da seguinte forma: a categoria que está na frente do nome da variável é a base de comparação para as outras categorias. Por exemplo, em relação à Região, a base é o Nordeste. Assim, por exemplo, as famílias que residem no Centro-Oeste possuem 2,4 vezes mais chances de sair da extrema pobreza do que as famílias do Nordeste. Valores menores do que 1 indicam que a categoria tem menos chances de superar a extrema pobreza do que a categoria base. A análise dessas variáveis, agregada por grupo de variáveis (regionais, familiares e individuais) é apresentada nas seções abaixo.

Variáveis Regionais

A região com maior percentual de extrema pobreza é o Nordeste, com cerca de 60% das famílias nessa situação. Além disso, o Nordeste é a região com menor chance de uma família deixar a extrema pobreza. Famílias residentes nas regiões Sul e Centro-Oeste têm mais de 2 vezes mais chances de deixar a extrema pobreza do que as famílias do Nordeste. Se por um lado, pode-se relacionar isso ao nível de desenvolvimento do Sul, seria de se esperar que Sudeste também apresentasse resultados similares. No entanto a chance de uma pessoa deixar a extrema pobreza no Sudeste é apenas 1,6 maior do que o Nordeste. Cabe lembrar que o Sudeste apresenta os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, cujas metrópoles estão associadas a grandes favelas.

Com relação ao tamanho do município (porte), este também influencia na saída da pobreza. De uma forma geral, famílias residentes em municípios de médio e grande portes apresentam de 25% a 40% mais chances de sair da extrema pobreza do que famílias que residem em municípios menores.

Quanto à localidade, 67,9% das pessoas pobres moravam na área urbana e de fato, morar em áreas rurais reduz em 17% as chances de superar a pobreza. Isso pode estar relacionado com a dinâmica da pobreza urbana, que é altamente relacionada com a industrialização e rotatividade de vínculos. A análise deste trabalho é em um momento do tempo (2016 em relação às famílias de 2012). Dessa forma, ela não explica sobre a reincidência da pobreza. Ou seja, essas famílias que superaram a extrema pobreza em 2016 podem voltar a serem extremamente pobres em qualquer período futuro.

Resumidamente, nota-se que a região que a família mora exerce grande influência sobre a saída e contingente de pessoas em extrema pobreza. Com relação ao PIB *per capita*, as famílias que residem em municípios nos terceiro e quarto quartis da distribuição (ou seja, a

metade dos municípios com maiores PIB *per capita*) tem duas vezes mais chances de sair da extrema pobreza do que aquelas famílias que residem nos municípios com PIB *per capita* mais baixos.

Cabe ressaltar que estas variáveis municipais são variáveis externas ao indivíduo, pois não se trata de um conjunto de ativos pessoais, mas do local de residência. Sejam as variáveis de localização, como a região, o porte, a localidade (urbano/rural), sejam as variáveis de desenvolvimento econômico da região, como PIB, estas variáveis são dadas, e não dependem da força de vontade da família em superar a pobreza. A mobilidade entre municípios pelas famílias extremamente pobres no período foi de cerca de 6%, o que não é um valor muito alto. Dessa forma, apesar das variáveis regionais influenciarem razoavelmente a saída da extrema pobreza, não há muito o que a família possa fazer em relação a elas.

Variáveis Familiares

Com relação ao conjunto de variáveis familiares, foram analisadas principalmente se a família é estendida (se possui cônjuge ou parente), e a quantidade de crianças, visto que a literatura aponta a razão de dependência como um determinante da pobreza. Além disso, foram analisadas também a presença de idoso, por sua relação com benefícios assistenciais e previdenciários e também a vinculação ao mercado de trabalho, visto que a saída da pobreza está diretamente relacionada com a inserção no mercado de trabalho.

As variáveis são: se possui cônjuge, se possui parente, se alterou a quantidade de membros familiares com emprego, a quantidade de crianças, a quantidade de idosos e a idade do menor membro da família (se é até 8 anos, se é até 17 anos ou se é acima disso). Ou seja, basicamente analisou-se a composição familiar. A extrema pobreza é marcada por famílias com membros até 17 anos (87% o são).

Dentro das variáveis analisadas, há destaque para a presença de idoso, que aumenta as chances da família deixar a pobreza em 7,6 vezes. No entanto, a presença de idoso é um fenômeno raro, apenas 1,7% das famílias em extrema pobreza possuem algum idoso na composição. Isso pode tanto ser pela subdeclaração destes membros ao Cadastro Único, quando pela aposentadoria destes ou benefícios assistenciais, que retiram a família da situação vulnerável. Também pode estar relacionado com a menor expectativa de vida entre os pobres.

Quanto à presença de cônjuges ou parentes, a presença de cônjuge aumenta em 43% as chances da família sair da extrema pobreza. Apesar de que o cônjuge pode ser tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, nota-se que as famílias monoparentais do Cadastro são

marcadamente monoparentais femininas. Ou seja, a comparação entre famílias com cônjuge e sem cônjuge é, de uma forma geral, entre ‘mães solteiras’ e casais. Quanto à presença de parente, este aumenta a chance em 16%, mas ocorre em apenas 12% das famílias. A presença de parente pode ter menos impacto do que a do cônjuge visto que qualquer membro que não seja cônjuge ou filhos é considerado parente. Assim, tanto tios como netos (que não contribuem com a força de trabalho) estão nessa categoria.

Ao analisar o momento da família pela idade de seu membro mais novo, nota-se que famílias com membro mais novo tendo até 6 anos são as que tem menos chances de sair da extrema pobreza. Famílias com membro mais novo com idade entre 7 a 17 anos teriam 38% mais chances de sair da extrema pobreza em relação as famílias acima, e famílias com todos os membros acima de 18 anos (ou seja, famílias compostas por adultos) teriam 57% mais chances de sair da extrema pobreza do que as primeiras.

Variáveis individuais.

Foram analisadas as seguintes dimensões: sexo, idade, raça/cor, escolaridade e vinculação ao mercado de trabalho. A análise foi realizada para apenas um membro adulto (tido como o principal) da família. Esse membro foi escolhido de acordo com sua vinculação ao mercado de trabalho. Quanto não havia nenhum membro adulto vinculado ao mercado de trabalho, optou-se pelo membro com mais anos de escolaridade para representar a família.

Com relação à faixa etária dos adultos, pare não haver um movimento muito claro ou significativo de relação entre idade da pessoa e saída da extrema pobreza.

Quanto à raça/cor, em relação aos pardos as chances não se alteram significativamente para pretos e brancos, mas os indígenas possuem 32% menos chances de sair da extrema pobreza. No entanto, cabe ressaltar que os indígenas seguem lógica própria de acumulação econômica.

No quesito escolaridade, cerca de 75% dos adultos extremamente pobres possuem até o ensino fundamental completo e 99% até o ensino médio completo. A razão de chance de sair da extrema pobreza é de cerca de 30% maior para quem possui fundamental completo ou médio incompleto, em relação a quem não possui escolaridade. A chance aumenta para 52% para quem possui médio completo. Quem possui superior incompleto possui quase 2 vezes mais chances de sair da extrema pobreza, mas esse contingente é de apenas 0,2% dos adultos extremamente pobres. Nota-se que a educação influencia bastante na extrema pobreza, tanto pela pouca quantidade de pessoas nessa situação com ensino superior, quanto pelas chances

de se sair da extrema pobreza tendo este nível educacional. No entanto, a educação é um investimento de longo prazo e deve ser complementada por outras políticas de curto prazo ou vista como um investimento intergeracional (como é utilizada na condicionalidade do PBF). É bem difícil de imaginar que uma família em extrema pobreza vá educar seus adultos. Eles já estão lutando para sobreviver e conseguir comprar os insumos básicos.

Quanto à ocupação, nota-se que cerca de 50% das famílias não tinham nenhum adulto trabalhando (ou não informaram) no momento inicial da análise. Em relação aos desempregados, a família cujo membro mais bem colocado possui uma ocupação formal tem 16,5 vezes mais chances de superar a pobreza. Além disso, famílias com empregados sem CTPS assinada tem mais de 2,6 vezes mais chances de superar a pobreza do que famílias desempregadas. E famílias na informalidade (trabalhador por conta própria, temporário em área rural ou não remunerado) tem 12% menos chances de superar a extrema pobreza do que famílias em que todos os membros encontram-se desempregados. Ou seja, arrumar um trabalho é determinante na saída da pobreza, mas também depende do tipo de trabalho. Alguns trabalhos deixam a família mais vulnerável do que a situação na qual todos os membros estão desempregados. Nesse sentido, há estudos que relacionam o recebimento do PBF à não-aceitação de trabalhos semiescravos (jornada exaustiva e remuneração muito baixa), visto que o benefício já garante ao menos o mínimo necessário para a alimentação (Lima, 2014).

Considerando a importância que esta variável possui para explicar a saída da extrema pobreza e também que a variável está agregada por tipo de vínculo e por família, a Tabela 28 apresenta a relação de tipo de vínculo versus a saída da extrema pobreza por tipos de vínculos desagregados e por pessoa.

Tabela 28 – Relação entre tipo de vínculo em 2016 e proporção de saída da extrema pobreza – por adultos

Categoria	Tipo de vínculo	Continua na extrema Pobreza		Saiu da Extrema Pobreza	
		N	%	N	%
Formal	Servidor Público	7.179	9,6%	67.368	90,4%
	Empregado com CTPS	64.653	13,3%	421.289	86,7%
	Doméstico com CTPS	4.020	15,7%	21.565	84,3%
	Empregador	245	16,1%	1.277	83,9%
Empregado sem CTPS	Aprendiz	1.923	28,4%	4.860	71,6%
	Estagiário	1.362	33,1%	2.758	66,9%
	Empregado sem CTPS	70.436	44,6%	87.365	55,4%
	Doméstico sem CTPS	65.017	63,0%	38.264	37,0%

Categoria	Tipo de vínculo	Continua na extrema Pobreza		Saiu da Extrema Pobreza	
		N	%	N	%
Informal	Conta Própria	1.584.732	70,3%	668.258	29,7%
	Temporário Rural	1.031.314	88,4%	135.744	11,6%
	Não Remunerado	180.366	81,2%	41.759	18,8%
Desempregado	Desempregado	4.616.912	69,3%	2.048.045	30,7%
Total		7.628.159	68,3%	3.538.552	31,7%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único de dez/2012 e dez/2016

Cabe fazer uma observação aqui. A variável de rendimento é a única, desta seção, que não é dada e depende, em algum grau, de outras variáveis ou mesmo da ‘força de vontade’ do indivíduo. Quer dizer, a idade, raça/cor e sexo, não dependem do esforço do indivíduo.

A escolaridade dos adultos poderia, em algum grau ser considerada resultado da força de vontade do indivíduo, mas nesse trabalho não se considera dessa forma, porque as pessoas adultas na extrema pobreza precisam arrumar comida para si mesmas e suas famílias. Sendo que, para estas pessoas, o momento em que podem estudar é na infância. Ou nem isso, se, na sua infância, precisaram ajudar os pais. É que se entende por armadilha da pobreza.

Dito isso, o emprego possui grande influência sobre a saída da pobreza, mas, aqui não se explica como a pessoa conseguiu o emprego.

De uma forma geral, as variáveis regionais exercem uma influência considerável na saída da extrema pobreza e são as que apresentam uma razão de chance com maior discrepância dentre as categorias de cada variável (com exceção da presença de idoso, ensino superior e tipo de emprego). No entanto, estas variáveis são dadas, e não dependem da força de vontade da família em superar a pobreza. A mobilidade entre municípios pelas famílias extremamente pobres não é um fator que possa resolver a situação destas, visto que é bastante baixa. A variável mais importante, dentre as pesquisadas, para explicar a saída da extrema pobreza é a vinculação a um emprego formal. As famílias que possuíam, no momento final, um de seus membros com emprego formal, tinham até 16 vezes mais chance de sair da pobreza do que uma família com todos os membros desempregados. Apesar de parecer intuitiva, a relação entre emprego e saída da extrema pobreza, esse não é o caso para todas as categorias de vínculos. Por exemplo, as famílias cujos membros estavam em empregos informais tinham menos chances de sair da pobreza do que famílias desempregadas.

Além da presença de idoso, em geral, presença de membros adultos (tais como parentes ou cônjuges) aumentam as chances da família deixar a extrema pobreza, e presença de membros novos (crianças) reduzem as chances. Ou seja, os achados dessa seção estão

alinhados com os achados da literatura a respeito. No entanto, cabe salientar que, com exceção da presença de idosos, todas as variáveis familiares influenciam menos a saída do que as variáveis regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou um estudo da extrema pobreza no Brasil a partir de dados do Cadastro Único de 2012 e 2016. A pobreza considerada foi a anterior ao recebimento dos benefícios PBF e do Brasil sem Miséria. A delimitação das famílias extremamente pobres foi através da renda familiar *per capita* informada no Cadastro Único.

O objetivo principal do trabalho era investigar quais os fatores que mais aumentam as chances das famílias superarem a extrema pobreza. Para isto, a análise foi realizada em três etapas: a primeira consistiu em fazer um perfil da situação socioeconômica destas famílias em dezembro de 2012. Além disso, também foram verificadas as principais alterações que as famílias realizaram no período. Por fim, foi realizada uma regressão logística para verificar quais variáveis (fatores) mais aumentam as chances das famílias superarem a pobreza.

De acordo com a literatura, a situação de pobreza de uma família pode ser explicada por três conjuntos de fatores. Primeiramente, estudos que relacionam pobreza com crescimento econômico ou desigualdade implicam que a região onde a família reside importa para explicar a pobreza. Em segundo lugar, as variáveis familiares, tais como quantidade de filhos e quantidade de adultos também importam, visto que disto deriva o número de mão de obra disponível da família. Por último, as características individuais dos adultos também importam para explicar a saída da pobreza, tais como escolaridade, idade e vinculação ao mercado de trabalho.

Quanto à base de dados utilizada, o Cadastro Único, esta parece ser qualificada o suficiente para captar a população mais pobre/vulnerável do país. Além da atualização cadastral, que deve ser realizada pelas famílias em, no máximo, a cada dois anos, há também a regulamentação que estabelece que 20% dos cadastramentos (tanto o cadastro inicial da família quanto as demais atualizações) devem ser realizados pela gestão municipal através de visita domiciliar. Fora isso, há os processos de qualificação da base realizados anualmente pela Senarc/MDS (Averiguação Cadastral, Revisão Cadastral e Exclusão Lógica). Estudos da literatura indicam que a focalização do PBF (principal e primeiro programa a utilizar a base do Cadastro Único) é excelente, sendo a fonte de renda mais progressiva do Brasil. Além disso, a Pesquisa de Qualidade do Cadastro, desenhada pela Sagi/MDS e executada por uma empresa terceirizada no período de 2014 a 2017, encontrou grande aderência para boa parte das variáveis entre a informação que as famílias selecionadas pela pesquisa davam para a empresa e a informação que estava no Cadastro. As variáveis de renda, no entanto, eram

diferentes, mas isso pode ser explicado pela volatilidade de renda das famílias mais vulneráveis e pela diferença de tempo entre a informação prestada pelas famílias ao Cadastro e a entrevista pela empresa terceirizada (Brasil, 2017c). A volatilidade de renda é observada também nas análises desta dissertação. Ao verificar a relação entre o melhor vínculo empregatício das famílias em 2012 e sua posição em 2016, nota-se as posições iniciais formal, empregado sem CTPS e desempregado alteravam sua posição final em cerca de 50% das famílias ou mais.

A variável que foi utilizada para delimitar as famílias extremamente pobres foi a renda familiar per capita, que é calculada através das rendas dos membros. Quanto à subdeclaração de renda do Cadastro, inicialmente foi pensado em utilizar algum método para tentar retirar da análise as famílias que não declararam sua renda real, e, portanto, não eram extremamente pobres. A Senarc/MDS já realiza checagem das rendas das pessoas com outras bases de registros administrativos desde 2005, e convoca para atualizar as informações todas as famílias com indícios de inconsistência cadastral. O preditor de renda, um modelo matemático criado para verificar a probabilidade de uma família não ter a renda que ela afirma ter, calculado pelo Ipea, poderia prestar esse serviço, ao calcular a probabilidade de uma família não estar na pobreza. No entanto, ao testar a eficácia do instrumento com algumas famílias do Cadastro, notou-se que apenas 25% destas poderiam ter o PBF cancelado por incompatibilidade de renda de acordo com os critérios do programa. Já as checagens da renda com outros registros administrativos permitem um cancelamento de até 60% dos benefícios (Mostafa, 2016).

O total de famílias selecionadas para a Averiguação Cadastral de 2012 foi de 1.680.938 (6,74% do total de famílias de cadastradas em 2012). Assim, mesmo que mais da metade destas famílias estejam com a informação de renda não condizente com a realidade, esse é ainda um percentual pequeno em relação à totalidade das famílias cadastradas. Por último, a existência de famílias que subdeclaram renda pode ser considerada material interessante para a análise da pobreza pelo método participatório, uma vez que essas famílias podem não se encaixar no critério estabelecido pelo Cadastro, mas se sentirem pobres ou merecedoras de auxílio financeiro. Isso é ainda mais plausível visto que a linha de extrema pobreza é única mas os custos de vida variam bastante entre as regiões do país. Pelo exposto acima, e considerando a existência dos processos de qualificação pela Senarc, optou-se por não utilizar qualquer forma de qualificar a base de famílias extremamente pobres no período inicial da análise dessa dissertação (2012).

Em relação à análise realizada, esta consistiu em: (1) traçar um perfil dos extremamente pobres, apresentando suas principais características em 2012, (2) apresentar as principais alterações nas informações socioeconômicas que estas famílias realizaram entre 2012 e 2016, e (3) verificar a influência de algumas variáveis consideradas mais importantes para a superação da pobreza nas famílias extremamente pobre do Cadastro, através do método estatístico ‘regressão logística’.

A base de dados do Cadastro Único apresentou, em 2012, 7,8 milhões de famílias com as informações cadastrais atualizadas e PBF, em extrema pobreza. Destas, 5,9 milhões foram encontradas na base do Cadastro em 2016 e com as informações cadastrais atualizadas. Ou seja, houve uma perda de 23,3% das famílias entre os dois períodos de tempo que pode significar que estas famílias também superaram a extrema pobreza. Das 5,9 milhões de famílias encontradas em 2016 e com o cadastro atualizado, 69,2% ainda permaneciam em extrema pobreza (renda *per capita* até R\$ 85,00), 12,5% estavam em pobreza (renda *per capita* entre R\$85,01 e R\$ 170,00), 14,3% estavam em situação de vulnerabilidade (renda *per capita* entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo) e apenas 2,9% estavam com renda acima de ½ salário mínimo *per capita*. Assim, apesar de que cerca de 30% das famílias terem superado a extrema pobreza no período, menos de 3% superaram também a pobreza e a vulnerabilidade.

Dentre as características iniciais das famílias (em 2012), no que se refere às informações regionais, nota-se que a maioria das pessoas (cerca de 60%) está no Nordeste, 14% no Norte e 18% no Sudeste. Ao se considerar a proporção, menos de 5% da população do Sudeste é extremamente pobre, contra 18,9% da região do Norte. As outras regiões apresentam cerca de 5% de pobreza. A extrema pobreza encontra-se 70% na área urbana, apesar de que a pobreza rural parece ser mais grave, por estar mais concentrada em municípios menores e mais pobres. No período analisado, as famílias mudaram relativamente pouco de município (6%) e localidade (9%).

A família de extremamente pobres é formada 52% por crianças e jovens (até 17 anos), 48% por adultos (18 a 64 anos) e menos de 1% por idosos. Com relação à idade do membro mais novo, para verificar a fase em que a família se encontra, 87% das famílias possuem algum membro até 17 anos. Com relação às formas de agrupamento em relação ao RF, a grande maioria é monoparental feminina (43,3%) ou casal com filhos (38,8%).

Em relação aos adultos, 44% das famílias possuem apenas 1 adulto, 41% possuem dois adultos e 15% possuem três ou mais adultos. Em relação aos idosos, 99% das famílias não os possuem e 1% possuem um ou mais, sendo que a grande maioria desses 1% é composta de 1 idoso.

Quanto à presença de parente, 92% das famílias não moram com parentes (considerando que, dentre as famílias que moram com parentes, a maioria destes é formado por netos). Por último, 45% das famílias extremamente pobres possuem cônjuge.

Com relação às alterações na composição familiar, tanto pela forma de agrupamento em relação ao responsável familiar, quanto pela relação de idade entre os membros, observa-se, de forma geral um envelhecimento das famílias acompanhadas.

A alteração na composição familiar é realizada através da entrada e saída de cônjuges e perda/ganho de filhos e de netos. Observou-se que a perda e ganho de cônjuges, parentes e idosos é bastante pequena nas famílias, sendo que a alteração líquida destes membros é menor do que 5%. Quanto as crianças menores de 7 anos, cerca de 40% das famílias realizaram alterações na quantidade destes membros, sendo que mais famílias perderam membros do que ganharam. Quando se fala de adultos, a situação é a oposta, com mais famílias ganhando membros do que perdendo.

Quando se analisam os membros que entraram e saíram das famílias, a proporção é semelhante (12% dos membros de 2012 saíram do Cadastro Único e 14% dos membros de 2016 entraram no Cadastro). Além disso, a maior parte desses membros são filhos. A diferença, no entanto, é a idade média. Enquanto a idade média dos filhos que saem do Cadastro é de 17 anos, a idade média dos filhos que entram é de 6 anos. De uma forma geral, os membros que saem das famílias são mais velhos do que os membros que entram (comparando as mesmas categorias), com exceção das categorias pai/mãe e sogros e irmãos. Uma possibilidade futura de pesquisa seria, assim, a análise não das famílias que saem da extrema pobreza, mas das pessoas que saem dessas famílias. Essas pessoas superaram a extrema pobreza ou estão apenas sendo omitidas das famílias, por terem alguma vinculação ao mercado formal de trabalho? Ou estão compondo de outras famílias extremamente pobres?

Em relação às características pessoais dos membros adultos, estas pessoas são, em sua maioria dos adultos são do sexo feminino (63%), pardas (66%) e com baixa escolaridade (54% possuem até ensino fundamental incompleto e quase a totalidade dos adultos possuem até médio completo).

Especificamente sobre a escolaridade, observou-se que o nível é melhorado de acordo com a faixa etária dos adultos. Assim, entre os adultos de 25 a 29 anos, apenas 6% não tinham instrução e 19,8% tinham o médio completo. Já entre os adultos acima de 64 anos, 47,2% não tinham instrução e 1,6% tinham ensino médio completo.

Quanto aos adultos que alteraram a escolaridade (9,1%), a maioria o fez quando estava próximo de terminar algum ciclo (37,1% estavam no fundamental incompleto e 24,6%

estavam no médio incompleto). A idade média dos adultos que continuam a estudar varia de acordo com o grau que ele estava, mas a idade média é sempre abaixo de 30 anos, com exceção dos sem instrução.

Com relação ao trabalho, 66,8% das pessoas estavam desempregadas e 29,4% estavam no setor informal (trabalhador por conta própria, trabalhador temporário em área rural e trabalhador não-remunerado). Apenas 3,8% dos adultos estavam vinculados a alguma atividade formal ou estavam empregadas mas sem CTPS assinada. Verificando a vinculação ao mercado de trabalho por família (considerando sempre a ocupação do membro mais bem colocado para representar a família), 49,1% das famílias estavam desempregadas (sem nenhum adulto trabalhando), 44,3% no setor informal e 6,5% destas no setor formal/empregado sem CTPS. Quanto às alterações de vínculo empregatício, há uma dinâmica de troca de tipos de vínculos, mas sem uma direção definida. Assim, nota-se uma volatilidade de renda bastante acentuada entre as famílias extremamente pobres, o que não assegura que aquelas famílias que no momento final da análise tinham superado a extrema pobreza de fato continuarão nesse estado de forma permanente.

Em relação aos achados da regressão logística, os fatores que mais aumentam as chances das famílias superarem a extrema pobreza é a presença de idoso, que aumenta em 7,6 a chance da família superar a extrema pobreza. No entanto, apenas 1,7% das famílias possuem um idoso. A escolaridade acima de ensino médio (superior incompleto ou mais) também aumenta em mais de duas vezes a chance da família superar a extrema pobreza. Novamente, este é um fenômeno que atinge menos de 1% dos adultos. A presença de crianças reduz as chances das famílias superarem a extrema pobreza. Idade e raça/cor parecem não ter um efeito muito significativo, em relação aos adultos.

Nota-se que a região que a família mora exerce grande influência sobre a saída e contingente de pessoas em extrema pobreza. O Nordeste é a região com menor chance de uma família deixar a extrema pobreza. Famílias residentes nas regiões Sul e Centro-Oeste têm mais de 2 vezes mais chances de deixar a extrema pobreza do que as famílias do Nordeste. Com relação ao PIB *per capita*, as famílias que residem em municípios nos terceiro e quarto quartis da distribuição (ou seja, a metade dos municípios com maiores PIB *per capita*) tem duas vezes mais chances de sair da extrema pobreza do que aquelas famílias que residem nos municípios com PIB *per capita* mais baixos.

Quanto à presença de cônjuges ou parentes, a presença de cônjuge aumenta em 43% as chances da família sair da extrema pobreza. Ao analisar o momento da família pela idade de seu membro mais novo, nota-se que famílias com membro mais novo tendo até 6 anos são as

que tem menos chances de sair da extrema pobreza. Famílias com membro mais novo com idade entre 7 a 17 anos teriam 38% mais chances de sair da extrema pobreza em relação as famílias acima, e famílias com todos os membros acima de 18 anos (ou seja, famílias compostas por adultos) teriam 57% mais chances de sair da extrema pobreza do que as primeiras.

A razão de chance de sair da extrema pobreza é de cerca de 30% maior para quem possui fundamental completo ou médio incompleto, em relação a quem possui apenas fundamental incompleto. A chance aumenta para 52% para quem possui médio completo. Quem possui superior incompleto possui quase 2 vezes mais chances de sair da extrema pobreza, mas esse contingente é de apenas 0,2% dos adultos extremamente pobres. Nota-se que a educação influencia bastante na extrema pobreza, tanto pela pouca quantidade de pessoas nessa situação com ensino superior, quanto pelas chances de se sair da extrema pobreza tendo este nível educacional. No entanto, a educação é um investimento de longo prazo e deve ser complementada por outras políticas de curto prazo ou vista como um investimento intergeracional (como é utilizada na condicionalidade do PBF). Além disso, mais da metade dos municípios brasileiros não têm acesso à educação de nível superior.

Quanto à ocupação, nota-se que cerca de 50% das famílias não tinham nenhum adulto trabalhando (ou não informaram) no momento inicial da análise. Em relação aos desempregados, a família cujo membro mais bem colocado possui uma ocupação formal tem 16,5 vezes mais chances de superar a pobreza. Além disso, famílias com empregados sem CTPS assinada tem mais de 2,6 vezes mais chances de superar a pobreza do que famílias desempregadas. E famílias na informalidade (trabalhador por conta própria, temporário em área rural ou não remunerado) tem 12% menos chances de superar a extrema pobreza do que famílias em que todos os membros encontram-se desempregados. Ou seja, arrumar um trabalho é determinante na saída da pobreza, mas também depende do tipo de trabalho. Alguns trabalhos deixam a família mais vulnerável do que a situação na qual todos os membros estão desempregados. Nesse sentido, há estudos que relacionam o recebimento do PBF à não-aceitação de trabalhos semiescravos (jornada exaustiva e remuneração muito baixa), visto que o benefício já garante ao menos o mínimo necessário para a alimentação (Lima, 2014). Isso sugere que alguns empregos explicitam uma situação mais vulnerável da família do que o próprio estado de desemprego.

Resumidamente, os achados parecem indicar que a extrema pobreza no Brasil, vista pela ótica da renda familiar antes das transferências governamentais, parece não ser um fenômeno solucionável facilmente no curto prazo. As variáveis que mais aumentam as

chances da família sair da situação são ou externas ao indivíduo ou raras ou difíceis de alterar no curto prazo. Além disso, o modelo utilizado conseguiu explicar apenas 32% do fenômeno. Dentre as variáveis utilizadas, a presença de idoso não pode ser controlada ou criada, dependendo apenas do passar do tempo. A escolaridade dos adultos também é uma característica que não é alterável facilmente no curto prazo. Por último, a vinculação a um emprego formal depende tanto do indivíduo quanto da qualidade dos empregos ofertados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAD, Gardênia; TORRES, V. Cláudio. **Regressão múltipla stepwise e hierárquica em Psicologia Organizacional: aplicações, problemas e soluções. múltipla em estudos de psicologia organizacional.** Estudos de Psicologia 2002, 7 (Número Especial), 19-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7nspe/a04v7esp.pdf>. Consulta em: 27jan2017.
- BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre A.; LEMOS, Ana, H. **Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano?** Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 4, Out./Dez. 2005: 31-52.
- BANCO Mundial. **Should I use national or international poverty lines.** Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/193309-should-i-use-national-or-international-poverty-lin>>Consulta em: 18 jan 2018.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **Poor economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty.** New York: Public Affairs, 2011.
- BARRETO, Flávio A. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles?** Laboratório de Estudos de Pobreza – CAEN – UFC. 2005 Disponível em: <http://www.caen.ufc.br/wp-content/uploads/2016/11/esp1.pdf>. Consulta em: 09/01/2018.
- BARROS, Ricardo P., Mendonça, Rosane. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Texto para discussão n.º 528.** Brasília: Ipea, 1997.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONCA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** Texto para discussão n. 800. Brasília:Ipea, 2001.
- BICHIR, Renata M. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda.** Novos Estudos - CEBRAP, n.87, p.115-129, 2010.
- BRASIL. **Decreto n. 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **2004.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5209compilado.htm>. Acesso em: 04/12/2016.
- _____. **Decreto n. 6.135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 04/12/2016.
- _____. **Decreto n. 6.917**, de 30 de julho de 2009. Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. **2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6917.htm>. Acesso em: 04/12/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Portaria n. 177**, de 16 de julho de 2011. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. **2011**.

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro_unico/portarias/2011/Portaria%20no%20177%20-%20MDS%20de%202016%20de%20junho%20de%202011.pdf>

Consulta em: 16 de jan. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Atualização e Revisão Cadastral**. Brasília, 27 jul. **2015a**. Disponível em: <<https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/gestao-de-beneficios/atualizacao-e-revisao-cadastral>>. Acesso em: 04/12/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **O que é: Conheça o Programa Bolsa Família**. Brasília, 01 jul. **2015b**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 24 de jan. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único: Programas que atendem os inscritos**. Brasília, 02 jul. **2015c**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programas-e-beneficios>. Consulta em: 23/12/2017

_____. **Decreto n. 8.794**, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. **2016a**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm>. Acesso em: 04/12/2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Instrução Operacional n. 79/SENARC/MDS**. Divulga os prazos e procedimentos da Ação de Atualização Cadastral 2016, que integra os processos de Revisão Cadastral e Averiguação Cadastral. Brasília, 29 de abril de **2016b**.

Disponível em: <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2016/i_o_79_Averiguacao_Revisao_Cadastral_2016.pdf>. Consulta em: 24/12/2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual do Entrevistador**. 4. ed. Brasília, 21 fev. **2017a**. Disponível em: <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%202013042017.pdf>. Consulta em: 05

jan 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatórios de Informações Sociais: Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, dezembro **2017b**. Disponível em: <

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)> Consulta em: 23/12/2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pesquisa de Qualidade do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, **2017c**. Disponível em: <

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/relatorio_206.pdf>.

Consulta em: 05 jan 2018.

CAMARGO, C. F. *et al.* Perfil Socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013, p. 157-177.

CARNEIRO, Carla B. Ladeira. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção.** 2005, 334p. Tese (Doutorado). UFMG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

CODES, Ana L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa.** Texto para Discussão n. 1332. Ipea. Brasília. 2008.

Falcão, T.; Costa, P.V. A LINHA DE EXTREMA POBREZA E O PÚBLICO-ALVO DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. In: Tereza Campello; Tiago Falcao Silva; Patricia Vieira da Costa. (Org.). O Brasil Sem Miséria. 1ed. Brasília: MDS, 2014, v. 1, p.237-259.

DIREITO et at. **O Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais.** WorkingPaper 145. Jul. 2016. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

FERREIRA, F. P. M. **Registros administrativos como fonte de dados estatísticos.** Informática Pública, ano 10, n. 1, p. 81-93, 2008.

GONÇALVES, Solange L. **Dinâmica da pobreza nas áreas metropolitanas brasileiras: uma análise segundo a categorização de Hulme e Shepherd (2002 a 2012).** Anais do XLII Encontro Nacional de Economia (ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia), 2014.

_____. **Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas (2002-2011).** 2015, 230 p. Dissertação (Mestrado). UFMG. 2015.

HULME, David; SHEPHERD, Andrew. **Conceptualizing Chronic Poverty.** World Development, Washington, v.31, n.3, p.403-423, 2003.

LADERCHI, Caterina R.; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. **Does it matter that we don't agree on definition of poverty? A comparison of four approaches.** Oxford Development Studies, Oxford, v.31, n.3, p.243-274, 2003.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias de prática.** Econômica, v. 4, n.1, 2003.

LIMA, Francisca E. S. **Pobreza e desigualdades socioterritoriais: uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN.** 2014. 235 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MACHADO, Ana F.; RIBAS, Rafael P. **Mudanças no mercado de trabalho retiram famílias da pobreza? Determinantes domiciliares e agregados para a saída da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil.** Texto para Discussão n. 1336. Ipea. Brasília, 2008.

The Minitab Blog. **Regression Analysis: How Do I Interpret R-squared and Assess the Goodness-of-Fit?** [S.l.], 30 de maio de 2013. Disponível em: <http://blog.minitab.com/blog/adventures-in-statistics-2/regression-analysis-how-do-i-interpret-r-squared-and-assess-the-goodness-of-fit>. Consulta em: 25 dez. 2017.

MOSTAFA, J.; SANTOS, Thuany. **Limitações de um teste de meios via predição de renda:** Evidências de uma aplicação no Programa Bolsa Família. TD 2238. Ipea, 2016.

OSÓRIO, Rafael G., SOARES, Sergei, S D., Souza, Pedro H G F. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil.** TD 1619. Ipea, 2011.

PAIVA, Luis. H.; FALCAO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. **Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria:** Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. *In:* Campello, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013, p. 25-46.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014/>. Consulta em: 02/03/2018.

RIBAS, Rafael P. Machado, Ana F. **Mudanças no mercado de trabalho retiram famílias da pobreza?** Determinantes domiciliares e agregados para a saída da pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras. ANPEC, 2007 Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A095.pdf>. Consulta em: 12/01/2018.

RICARDO, Barros P.; MENDONÇA, Rosana S. P. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho.** Texto para discussão n. 366. Ipea. Brasília, 1995.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil:** afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

____. **Transferências de Renda no Brasil: O Fim da Pobreza?** Elsevier Brasil, 2011.

____. **Indicadores de indigência, segundo unidades de federação, regiões e estratos de residência — 2014.** Planilha do Excel. Rio de Janeiro: Iets, 2015. Disponível em: <http://iets.org.br/dado/parametros-e-resultados-da-pnad-2014>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SACHS, Jeffrey D. **O fim da pobreza:** como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOARES, Sergei, S D. **Metodologias Para Estabelecer a Linha de Pobreza:** Objetivas, Subjetivas, Relativas e Multidimensionais. Texto para discussão 1381. Ipea. Brasília, 2009.

SOARES, Sergei, S D.; Sátyro, Natália. **O Programa Bolsa Família:** Desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1424).

SOARES, Fábio V.; RIBAS, Rafael P.; OSÓRIO, Rafael G. **Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programmes in comparative perspective.** Brasília: International Poverty Centre, 2007 (Evaluation Note, n. 1).

SOARES, Fábio. V.; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade.** Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.228).

Tronco, Giordano B., Ramos, Marília P. **Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, marc.-abr. 2017

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Estudo sobre o perfil das famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral.** 2014. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_143.pdf>. Consulta em: 17/01/2018.

VAZ, F. Montei O; VAZ, Kátia, C. S. **Estimação de Escalas de Equivalência para o Brasil.** Anpec, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A150.pdf>>. Consulta em: 17/01/2018.

World Without Poverty (WWP). **Programa Bolsa Família (PBF):** Ficha de programa. Brasília, 23 de jun de 2015. Disponível em: <http://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/ficha_descritiva_bolsa_familia_portugues.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **Breve histórico do Cadastro Único.** Brasília, [2016?]. Disponível em: <https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/breve_historico_do_cadastro_unico.pdf>. Consulta em: 23/12/2017/.

_____. **Brasil conseguiu superar a extrema pobreza, defende MDS com base na PNAD 2014.** Brasília, 04 dez. 2016. Disponível em: <<http://wwp.org.br/brasil-conseguiu-superar-a-extrema-pobreza-defende-mds-com-base-na-pnad-2014/>>. Consulta em: 04 dez. 2017.